

09/07/2019

Grande Imprensa

FOLHA DE S. PAULO - SP

[Dividido em três](#)

[Educação é menosprezada por Bolsonaro, e parte do país já percebe isso](#)

[Marcelo Gleiser explora as incertezas da ciência em novo livro](#)

[Ministro diz que dinheiro para bolsas CNPq só dura até setembro e cobra verbas](#)

O ESTADO DE S. PAULO - SP

[Comissão quer professores fora da reforma](#)

O GLOBO - RJ

[Quando o 'block' é censura](#)

[Manifesto contra desmonte da ciência é 'excelente', diz ministro](#)

[Inclusão 'fundamental' para medalha de ouro](#)

[Um rombo de R\\$ 3,25 bilhões](#)

VALOR ECONÔMICO - SP

[Saúde estuda perdoar dívidas do Fies para preencher vagas no Mais Médicos](#)

[Investimento em tecnologia é vítima da crise prolongada](#)

[Janelas de oportunidade](#)

Imprensa Estadual

CORREIO DA BAHIA - BA

[MEC divulga nesta terça resultado do Fies](#)

JORNAL DE BRASÍLIA - DF

[PAS também é opção para garantir vaga](#)

MEIO NORTE - PI

[Teresina tem o 2º melhor acompanhamento](#)

Agências de notícias e sites

BANDNEWS FM

[Sem recursos para manutenção, universidades federais podem mudar rotina e reduzir programas](#)

AGÊNCIA BRASIL

[MEC divulga nesta terça resultado do Fies](#)

AGÊNCIA FOLHA

[Ministro diz que dinheiro para bolsas CNPq só dura até setembro e cobra verbas](#)

AGÊNCIA GLOBO

[Manifesto contra desmonte da ciência é excelente, diz ministro](#)

NOTÍCIAS AO MINUTO

[Edifícios com fachadas de vidro geram alto impacto ambiental](#)

PORTAL EXAME

[Relator da LDO blinda educação de contingenciamento em 2020](#)

PORTAL ISTOÉ

[MEC divulga nesta terça resultado do Fies](#)

REUTERS BRASIL

[Relator da LDO blinda educação de contingenciamento em 2020, abre espaço para aumento a servidores](#)

TERRA

[Relator da LDO blinda educação de contingenciamento em 2020, abre espaço para aumento a servidores](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[MEC divulga nesta terça resultado do Fies](#)

Agências de notícias e sites

GAZETA DO POVO – PR

[Compra de tese de doutorado pode chegar a R\\$ 8 mil na internet](#)

G1

[UFRJ não consegue pagar conta de luz desde janeiro, diz reitora](#)

JORNAL DA CIÊNCIA

[Em defesa da ciência brasileira](#)

O VERÍDICO

[Professores contam experiência vivida no Canadá](#)

TRIBUNA-PR

[Tese de doutorado e dissertação de mestrado são vendidas na internet por até R\\$ 8 mil](#)

Imprensa Estadual

GAZETA DO POVO – PR

[Valor de tese de doutorado pode chegar a R\\$ 8 mil na internet](#)

A TARDE - BA

[Universidade desenvolve medicamento que reverte ‘overdose’ de cocaína](#)

DESTAK

[Educação de SP vai dar certificação por disciplina na EJA](#)

J. DO COMMERCIO - PE

[Pesquisa na praça celebra as ciências](#)

O POPULAR - GO

[Implantação de prova digital é desafio](#)

Agências de notícias e sites

REVISTA GESTÃO UNIVERSITÁRIA

[Com bolsas da Capes, com professores participam de imersão no Canadá](#)

CORREIO WEB

[ProUni : Último dia para comprovar informações da 2ª chamada](#)

G1

[UERR abre 30 vagas para especialização em ensino de línguas](#)

O DOCUMENTO - MT

[Candidatos têm até hoje para comprovar informações do ProUni](#)

R7

[MEC amplia acompanhamento da frequência de estudantes do Bolsa Família](#)

FOLHA DE S. PAULO - SP - EDITORIAL

Dividido em três

Bolsonaro não deveria se dirigir somente ao contingente mais fiel do eleitorado

O presidente Jair Bolsonaro (PSL) ouviu tanto vaias quanto aplausos no Maracanã, na conquista da Copa América pela seleção brasileira neste domingo (7). A divisão da torcida reflete bem os sentimentos divergentes da população captados em nova pesquisa Datafolha.

Outro sinal de alerta para Bolsonaro parte dos jovens. Eles temem pelo futuro da educação, entregue a dois ministros tresloucados. A erosão do apoio ao presidente, aí, já faz com que o ensino apareça como terceiro maior problema do país, depois de segurança pública e saúde.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2019/07/dividido-em-tres.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO

**Educação é menosprezada por Bolsonaro, e parte do país já percebe isso
À preocupação popular, governo responde com corte de verbas e devaneios em série**

Bolsonaro e seu atual ministro da Educação, Abraham Weintraub (o antecessor caiu em abril), avaliam que o ensino no país tem resultados muito ruins, em consonância com a preocupação popular detectada pelo Datafolha. A solução que apresentam até agora para esse quadro, porém, é o corte de verbas. Além de muita balbúrdia e devaneio.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/ranier-bragon/2019/07/educacao-e-menosprezada-por-bolsonaro-e-parte-do-pais-ja-percebe-isso.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - CIÊNCIA

**Marcelo Gleiser explora as incertezas da ciência em novo livro
Físico se debruça sobre assuntos como a teoria de tudo e a tentativa do ser humano impor ordem ao Cosmo**

São Carlos

Na curta lista de cientistas brasileiros que se comportam como intelectuais públicos, o físico carioca Marcelo Gleiser, 60, ocupa lugar de destaque. Com os ensaios reunidos em seu mais recente livro, ele procura deixar de lado o manto de mero advogado da ciência e se propõe a enxergar as complexidades e incertezas da visão científica do mundo.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/ciencia/2019/07/marcelo-gleiser-explora-as-incertezas-da-ciencia-em-novo-livro.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - CIÊNCIA

**Ministro diz que dinheiro para bolsas CNPq só dura até setembro e cobra verbas
Marcos Pontes espera crédito de R\$ 310 milhões para o orçamento de Ciência e Tecnologia**

Salvador

O ministro da Ciência, Tecnologia e Comunicações, Marcos Pontes, afirmou que o dinheiro para as bolsas CNPq só dura até setembro e cobrou a aprovação de um crédito de R\$ 310 milhões para o orçamento da sua pasta para garantir o pagamento de bolsas do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico).

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/ciencia/2019/07/ministro-diz-que-dinheiro-para-bolsas-cnpq-so-dura-ate-setembro-e-cobra-verbas.shtml>

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - ECONOMIA & NEGÓCIOS

Comissão quer professores fora da reforma

BRASÍLIA

Integrantes da Comissão de Educação da Câmara, que conta com 301 deputados, querem viabilizar a apresentação de um destaque ao texto da reforma da Previdência

para retirar os professores da proposta. A ideia é apresentar posteriormente um projeto de lei para reestruturar toda a carreira.

Segundo o deputado professor Israel Pinheiro (PV-DF), o colegiado discutiu inicialmente pleitear uma aposentadoria especial para os docentes, mas como a proposta não passou pela Comissão Especial, eles avaliaram que seria melhor discutir a questão em um outro momento. “A aposentadoria especial foi discutida como uma compensação para a baixa atratividade para os professores. Se não mudarmos a carreira, podemos ter um colapso na procura para ser professor”, disse.

Pelo texto aprovado, caso a reforma receba o aval de deputados e senadores, professores se aposentarão com 60 anos (homens) e 57 anos (mulheres), com 25 anos de contribuição. Hoje, não há idade mínima, mas se exige tempo de contribuição de 25 anos (mulheres) e 30 anos (homens) no setor privado. No setor público, a idade mínima exigida é de 50 anos (mulheres) e 55 anos (homens), com 25 anos (mulheres) e 30 anos (homens) de tempo mínimo de contribuição, sendo 10 anos como servidor público e 5 anos no cargo de professor.

Para o deputado, o impacto orçamentário da saída dos professores da reforma “é pequeno”. “Não seria algo impossível de o governo aceitar”, disse. Como o seu partido não pode apresentar destaques por ter pouca representatividade na Casa, os integrantes da Comissão de Educação procuraram apoio do MDB e do PP. “Eles já disseram que não aceitariam os professores na reforma, vamos cobrá-los agora”, disse.

topo ↕

O GLOBO - RJ - ECONOMIA

Quando o ‘block’ é censura

Todo cidadão tem o direito de se manifestar em relação ao trabalho do governo, que não só é pago com o seu dinheiro, como afeta diretamente sua vida

A colunista Mariliz Pereira Jorge, da Folha de S.Paulo, foi bloqueada no Twitter por Abraham Weintraub, o ministro da Educação, e por Marcelo Bretas, juiz da Lava-Jato. Fez observações em relação a tuítes deles de que eles não gostaram. Mariliz levou o assunto à sua coluna em vídeo do canal MyNews, eu compartilhei essa coluna — e, a partir daí, caímos numa discussão sem fim na internet a respeito do uso de blocks por pessoas públicas.

A eleição de Donald Trump deslocou de vez o espaço da discussão política para as redes sociais. Ele não foi o primeiro político a manter contato com o eleitorado através do Twitter — Barack Obama já fazia uso intenso da plataforma durante a sua primeira eleição, em 2008 — mas foi o primeiro presidente a usar uma rede social como ferramenta de governo, e o seu estilo tosco fez escola.

Essa ligação direta com o público, sem passar pelos canais tradicionais de divulgação, levanta, porém, uma questão importante: onde ficam as fronteiras entre público e privado? Mais: essas fronteiras podem sequer existir quando o que está em pauta é o debate político, que diz respeito a todos os cidadãos? Contas pessoais de políticos muitas vezes são mais importantes para compreender o que está acontecendo do que as contas oficiais do governo.

Nos Estados Unidos, essa questão já passou em julgado. Donald Trump foi proibido por um juiz de bloquear qualquer cidadão no Twitter, e a mesma coisa tem acontecido,

rotineiramente, com outros políticos pouco afeitos ao diálogo.

Aqui, um grupo de 111 advogadas protocolou um mandado de segurança contra o ministro Weintraub, exigindo que ele desbloqueie a professora Debora Diniz no Twitter—pois é, a Mariliz não foi a única. A professora também teve a ousadia de contestá-lo quando ele se manifestou a respeito do transporte de drogas no avião presidencial.

“Meu Twitter minhas regras!”, tuitou o ministro em resposta. “Fui informado que há uma comunistinha querendo que eu a desbloqueie. Regras para ter acesso: não pode ser comunistinha e chato ao mesmo tempo (tenho que dar risada quando ler). Mantive o Cocada, o Dragão, a Tiburi e tantos outros... Estou sendo radical?”

Não, o ministro não está sendo radical. A palavra é outra. Ele está sendo antidemocrático, e está provando que ainda não entendeu a complexidade do seu cargo. Ele não pode estabelecer regras para determinar quem tem o direito de ler o que ele escreve num espaço público.

Vale lembrar que a confusão entre público e privado não se dá por engano dos cidadãos; ela começa quando autoridades transformam as suas plataformas virtuais em espaço de debate. O Twitter do ministro seria privado se ele não o utilizasse para fazer pronunciamentos políticos.

Vale lembrar também que o nome que se dá à proibição de manifestações críticas por autoridades é censura.

Em suma, todo cidadão tem o direito de se manifestar em relação ao trabalho do governo, que não só é pago com o seu dinheiro, como afeta diretamente a sua vida. Se um político não está disposto a ouvir críticas, ou se só está disposto a ouvir aquelas críticas que o fazem rir, é melhor que saia das redes sociais —e, de preferência, do governo.

topo 

O GLOBO - RJ - SOCIEDADE

Manifesto contra desmonte da ciência é ‘excelente’, diz ministro

Marcos Pontes elogia carta em que ex-chefes da pasta criticam o governo e alertam para "risco de colapso na área"

SALVADOR- O ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), Marcos Pontes, classificou como "excelente" a iniciativa de ex-ministros da pasta de escrever um manifesto sobre o risco de desmonte na área devido aos contingenciamentos orçamentários feitos pelo governo Bolsonaro.

Há uma semana, dez ex-titulares de sua pasta divulgaram carta em que dizem não poder "concordar com as recorrentes manifestações, por parte de autoridades do governo, que negam evidências científicas na definição de políticas públicas".

Conciliador, Pontes disse que considera positiva a ideia de ex-gestores se juntarem a ele na tentativa de recuperar o orçamento do MCTIC. O astronauta disse ainda que tem se reunido com o presidente Jair Bolsonaro e com o ministro da Economia, Paulo Guedes, para tentar liberar recursos. Segundo ele, Bolsonaro sinalizou positivamente e manifestou que pretende desbloquear parte da verba — o ministro, no entanto, não

detalhou o valor.

— Eu recebi a carta e achei excelente a ideia de (os ex-ministros) se juntarem a mim nessa batalha de aumentar o orçamento da ciência, tecnologia e da educação no país. Mas é importante notar também que esse orçamento vem caindo desde 2013. A gente recebeu com um orçamento muito baixo, incoerente com relação à importância da ciência e tecnologia no país. Eles (os ex-ministros) tentaram reverter essa situação, não conseguiram, e agora quem sabe juntos consigamos reverter — disse Pontes.

BOLSAS DO CNPQ EM RISCO

Em entrevista após a cerimônia de entrega das medalhas da Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (Obmep), que aconteceu ontem, em Salvador, Pontes voltou a dizer que, caso não receba um crédito extra para o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), o dinheiro disponível para o pagamento de bolsas vai acabar em setembro.

Segundo o ministro, ele conseguiu resguardar o pagamento dos benefícios, ao contrário do que aconteceu no Ministério da Educação (MEC), porque estabeleceu isso como prioridade, mas o orçamento pode terminar em breve, caso o MCTIC não receba mais recursos.

— Eu coloquei como prioridade manter o orçamento das unidades de pesquisa, nenhuma unidade de pesquisa teve bloqueio, e as bolsas do CNPq também não. Não quer dizer que o problema está resolvido. O pessoal fala que eu reclamo muito de orçamento. Do orçamento que temos para o CNPq, embora tenhamos protegido as bolsas e apertado os cintos de todo mundo dentro do ministério, temos orçamento até setembro, depois de setembro é zero — afirmou o ministro, destacando que "o tempo está passando".

Pontes participou da cerimônia de premiação da Obmep, que é financiada tanto pelo MCTIC quanto pelo MEC, cujo ministro, Abraham Weintraub, não compareceu ao evento com mais de 500 estudantes de escolas de todo país. Durante seu discurso, o ministro discursou amplamente sobre educação e disse que falava tanto sobre o tema porque graças aos estudos sua vida foi transformada.

*A repórter viajou a convite do Instituto de Matemática Pura e Aplicada (Impa)

topo ↕

O GLOBO - RJ - SOCIEDADE

Inclusão 'fundamental' para medalha de ouro

Um dos vencedores da Olimpíada de Matemática das Escolas Públicas, estudante de 13 anos tem autismo

SALVADOR- As páginas quase sempre em branco no caderno de Gabriel Barroca, 13 anos, não dão pistas de que o material pertence a um medalhista de ouro da Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (Obmep). Aluno do 8º ano de uma escola de Vitória, no Espírito Santo, Gabriel faz a maior parte dos cálculos de cabeça.

Ele precisou driblar essa característica para participar da competição, que exige na segunda fase dissertativa que os alunos expressem seu raciocínio no papel. A genialidade do estudante só teve chances de ser reconhecida depois que sua mãe,

Andreza Barroca, 47 anos, conseguiu que o filho, que é autista, tivesse um tempo de prova extra para resolver as questões.

Segundo o regulamento, a Obmep disponibiliza uma hora a mais para estudantes com deficiência. A inclusão, na visão de sua mãe, foi fundamental no resultado.

— É muito raro ele abrir a mochila e tirar o material na escola, ele aprende pelo ouvido. Para ele é uma dificuldade muito grande justificar a resposta por escrito. Uma vez eu perguntei o motivo e ele disse que não escrevia para que as pessoas não soubessem o que ele pensa.

Em sua 14- edição, a Obmep registrou no ano passado a participação de 18,2 milhões de alunos na primeira fase, dos quais 952.782 foram classificados para a segunda etapa. Neste ano, foram concedidas 575 medalhas de ouro, entregues ontem, em Salvador. Todos os anos a Obmep premia estudantes em três categorias —nível um (6º e 7º anos do ensino fundamental), dois (8º e 9º anos) e três (ensino médio) — com medalhas de ouro, prata e bronze.

Se os cálculos complexos da disciplina não foram um problema para Gabriel, o mesmo não pode ser dito sobre seu ambiente escolar. Diagnosticado com o transtorno aos 8 anos, o medalhista foi alvo de bullying e chegou a fugir da escola depois que os colegas o cercaram e tiraram sua roupa. Após uma troca de turno, Gabriel conseguiu desenvolver suas habilidades.

Além da rejeição de parte dos colegas, o estudante teve professores que atribuíam seu comportamento a falta de interesse.

— Ele não demonstrava interesse em nada. Comecei a pensar "para onde ele vai?". Quando se tem um filho, se pensa no futuro dele. Quando é um filho com um laudo médico, começamos a achar que não vai conseguir, ou só terá subempregos. De repente, ele mostra seu potencial, e isso prova que você está no caminho certo. O meu sonho é ver o Gabriel saindo da bolha — conclui Andreza.

(P.F.)

topo ↕

O GLOBO - RJ - RIO

Um rombo de R\$ 3,25 bilhões

TCM aponta o maior déficit já registrado no município, mas aprova contas da prefeitura

Em meio a uma grave crise na saúde e à falta de manutenção na infraestrutura da cidade, o Tribunal de Contas do Município (TCM) apontou ontem que a prefeitura fechou o ano passado com um rombo recorde de R\$ 3,25 bilhões. Apesar disso, um parecer do conselheiro Antônio Carlos Flores de Moraes aprovou as contas de 2018, com 23 determinações, 12 recomendações e uma ressalva relativa ao débito. Em 2017, as dívidas estavam em R\$ 2 bilhões — ou seja, houve um aumento de 62%.

A situação financeira piorou embora a arrecadação da prefeitura tenha registrado uma melhora em 2018. Em valores atualizados, segundo dados do Fórum Popular do Orçamento, o município teve R\$ 31,4 bilhões em 2016. Em 2017, houve uma queda para R\$ 27 bilhões. No ano seguinte, a receita voltou a subir, chegando a R\$ 28,8

bilhões.

Flores de Moraes disse que, para não deixar dívidas no encerramento de seu mandato (que termina em dezembro do ano que vem), o prefeito Marcelo Crivella terá de fazer um grande esforço na reorganização das finanças. Ele acha pouco provável que o déficit seja zerado até o fim da atual administração:

— Se continuar assim, em 2021 (quando o TCM julgará as finanças de 2020), as contas não serão aprovadas. No último ano, se não houver dinheiro em caixa para quitar os restos a pagar, não temos como fazê-lo.

Com o orçamento apertado, a prefeitura cortou, no ano passado, R\$ 436 milhões da educação e R\$ 22 milhões da saúde. Apesar disso, segundo o conselheiro do TCM, os percentuais mínimos exigidos por lei para as duas áreas foram cumpridos. Flores de Moraes explicou que um parecer pela rejeição das contas só pode ser emitido se o prefeito encerrar seu mandato com o caixa no vermelho. A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) proíbe que gestores deixem dívidas para os sucessores.

O relatório de Flores de Moraes, aprovado por unanimidade pelo plenário do TCM, vai para a Câmara Municipal, a quem cabe aprovar ou rejeitar as contas. Uma eventual reprovação da Casa pode tornar o prefeito inelegível. No entanto, os vereadores sequer analisaram o parecer de 2017.

MULTAS DE ÁGUA E LUZ

Em sua análise, o conselheiro do TCM citou distorções, como o uso de R\$ 1,6 milhão das receitas do Fundeb (fundo de desenvolvimento da educação básica) para pagamento de multas de contas de água e energia.

— Por que esses atrasos nos pagamentos das taxas? É um absurdo — disse Flores de Moraes.

O TCM não entrou no mérito das despesas de 2019, mas dados do Rio Transparente (o sistema de consultas eletrônicas da prefeitura) mostram que o rombo no caixa do município chegou a R\$ 4,4 bilhões. As despesas somam R\$ 18,9 bilhões, sendo R\$ 10,3 bilhões apenas para pagar pessoal. Já a arrecadação está em R\$ 14,5 bilhões (47,39% do previsto para este ano).

— As projeções indicam que o rombo pode aumentar, pois os erros de gestão cometidos em 2017 e 2018 parecem se aprofundar este ano — afirmou o vereador Paulo Pinheiro (PSOL).

O economista Luiz Mário Behnkem, da ONG Fórum Popular do Orçamento, que faz estudos sobre o desempenho das contas públicas do governo do estado e do município do Rio, avalia que a prefeitura tem sérios problemas de gestão. Ele frisou que, em 2017, quando assumiu, Crivella não tomou medidas imediatas para frear os gastos, apesar do cenário de dificuldades.

— A prefeitura precisa planejar melhor seus gastos para interromper essa trajetória. Se não há recursos para novos projetos, o caminho natural é destinar verbas para conservar

acidade — disse Behnkem.

Em nota, a prefeitura afirmou que teve um superávit orçamentário de R\$ 160 milhões em 2018 e prometeu seguir as recomendações do TCM, assim como as determinações da LRF. Sobre o déficit de R\$ 3,25 bilhões apontado pelo tribunal, limitou-se a informar que o relatório será analisado.

topo ↕

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL

Saúde estuda perdoar dívidas do Fies para preencher vagas no Mais Médicos

O Ministério da Saúde estuda oferecer uma espécie de "perdão" da dívida do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) como forma de atrair profissionais para a nova versão do programa Mais Médicos, prevista para ser apresentada neste semestre.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www.valor.com.br/brasil/6336299/saude-estuda-perdoar-dividas-do-fies-para-preencher-vagas-no-mais-medicos>

topo ↕

VALOR ECONÔMICO - SP - EDITORIAL

Investimento em tecnologia é vítima da crise prolongada

Uma das diversas vítimas da crise econômica prolongada que o Brasil vem vivendo é o investimento em tecnologia. Talvez não seja tão dolorosa quanto o aumento do desemprego e da desigualdade, e a deterioração dos serviços públicos como educação e saúde. Mas é igualmente prejudicial devido às repercussões a longo prazo, freando a velocidade da esperada recuperação.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www.valor.com.br/opiniao/6336175/investimento-em-tecnologia-e-vitima-da-crise-prolongada>

topo ↕

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO

Janelas de oportunidade

Com 33% de respostas positivas, segundo a pesquisa DataFolha divulgada ontem, o presidente Jair Bolsonaro se consolida como o pior avaliado no ranking dos presidentes brasileiros em primeiro mandato, em tão curto tempo de gestão (pouco mais de seis meses).

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www.valor.com.br/opiniao/6336171/janelas-de-oportunidade>

topo ↕

CORREIO DA BAHIA - BA - BRASIL

MEC divulga nesta terça resultado do Fies

Nesta edição, serão ofertadas 46,6 mil vagas a juro zero

O Ministério da Educação (MEC) divulga nesta terça-feira (9) o resultado do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) juro zero e do P-Fies.

Nesta edição, serão ofertadas 46,6 mil vagas a juro zero. O resultado estará disponível na internet, na página do programa e nas instituições de ensino superior participantes.

Os estudantes selecionados no P-Fies devem comparecer à instituição de ensino para validar as informações prestadas na hora da inscrição a partir desta terça-feira. Já os

selecionados na modalidade Fies devem complementar a inscrição no período de 10 a 12 de julho.

Quem não foi selecionado na modalidade Fies juro zero pode ainda participar da lista de espera, entre os dias 15 de julho e 23 de agosto.

Não há lista de espera do P-Fies. A pré-aprovação do financiamento na modalidade do P-Fies é de responsabilidade exclusiva dos agentes financeiros operadores de crédito que tenham relação jurídica estabelecida com instituições de ensino participantes.

Fies

O Fies concede financiamento a estudantes em cursos superiores de instituições privadas com avaliação positiva pelo Ministério da Educação.

Pode concorrer quem fez uma das edições do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) a partir de 2010, com média igual ou superior a 450 pontos, e obtido nota maior que zero na redação.

Modalidades

O novo Fies, que começou a vigorar em 2018, tem modalidades de acordo com a renda familiar.

A modalidade com juro zero é para os candidatos com renda mensal familiar per capita de até três salários mínimos.

O aluno começará a pagar as prestações respeitando o seu limite de renda.

A modalidade chamada de P-Fies é para candidatos com renda familiar per capita entre três e cinco salários mínimos.

Nesse caso, o financiamento é feito por condições definidas pelo agente financeiro operador de crédito, que pode ser um banco privado ou fundos constitucionais e de Desenvolvimento.

[topo](#)

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - CIDADE

PAS também é opção para garantir vaga

O Exame Nacional de Ensino Médio (Enem) não deixará de ser usado para ingresso na universidade

A Universidade de Brasília (UnB) deixará de adotar o Sistema de Seleção Unificada (Sisu) a partir de 2020. O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), no entanto, não deixará de ser usado pela instituição. A diferença é que agora, os estudantes que quiserem concorrer a uma vaga na universidade deverão se inscrever em edital próprio da UnB e indicar o Enem como critério classificatório. De acordo com a UnB, a nova seleção manterá o mesmo quantitativo de vagas que eram destinadas ao Sisu e será usada já no primeiro semestre do ano que vem. A inscrição para esse processo será gratuita, uma vez que o estudante já pagou para fazer a prova do Enem. A publicação do edital ainda não tem data prevista. A mudança foi aprovada pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Cepe) em reunião no dia 27 de junho.

A UnB passou a adotar o Sisu em 2014 ofertando pelo sistema metade das vagas do

processo seletivo do primeiro semestre, o que equivale a 25% do total de vagas ofertadas no ano pela universidade. O Sisu é um programa do Ministério da Educação (MEC), que centraliza, duas vezes por ano, a oferta de vagas em instituições públicas de ensino superior. Para participar, o estudante precisa ter feito o Enem e não ter zerado a redação. Cada candidato pode escolher até duas opções de curso. Uma vez por dia, o sistema calcula a nota de corte com base nas inscrições feitas até então. De acordo com nota divulgada pela UnB, há incompatibilidade entre o calendário acadêmico da universidade e o que é estabelecido pelo MEC.

Segundo a instituição, o registro precisava ser feito em um prazo curtíssimo, o que sobrecarregava as áreas técnicas e entrava em conflito com outros processos seletivos da universidade. Outro problema é o não preenchimento de todas as vagas oferecidas pelo Sisu, sendo necessárias várias chamadas, o que prejudica o início do semestre letivo. Além disso, de acordo com a UnB, a evasão entre os estudantes que ingressam via Sisu é maior. Após o primeiro ano na universidade, a permanência de calouros que ingressaram por outros processos seletivos é de mais de 90%. No caso do Sisu, esse índice é até 20% mais baixo. Procurado, o MEC respondeu por nota que "o Ministério da Educação esclarece que o processo de seleção dos estudantes para as vagas disponibilizadas por meio do Sisu é autônomo em relação aos exames e ou seleções realizadas no âmbito das instituições de ensino superior.

De acordo com nota divulgada pela UnB, há incompatibilidade entre o calendário acadêmico da universidade e o que é estabelecido pelo MEC

SAIBAMAIS

» Ontem, o Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos (Cebraspe) divulgou os selecionados na 1ª chamada do vestibular tradicional da Universidade de Brasília (UnB).

» Confira a lista dos aprovados em primeira chamada e o resultado final do vestibular no www.jornal.de.brasilia.com.br

Além do ingresso pelo Enem, os estudantes podem concorrer a vagas na Unb pelo Programa de Avaliação Seriada (PAS), que é realizado ao longo dos três anos do ensino médio regular pelo vestibular. Os estudantes podem ingressar pelo PAS tanto no primeiro quanto no segundo semestre letivo. Metade das vagas ofertadas no ano são preenchidas por candidatos do PAS. Já o vestibular é realizado apenas para ingresso no segundo semestre letivo e é reponsável pelo preenchimento de 25% das vagas ofertadas no ano pela UnB.

Indicação na inscrição

Com a nota em mãos, os estudantes que participavam da terceira etapa do PAS e do vestibular podiam ainda ingressar pelo chamado SISUnB, que funcionava de forma semelhante ao Sisu. Ou seja, o estudante tinha um período para verificar se poderia ser aprovado para o curso de preferência ou não e podia mudar a opção de curso, turno ou campus para aumentar as chances de ser aprovado. O Cespe aprovou o fim da possibilidade dessas mudanças nesses dois processos seletivos. Os candidatos deverão indicar, na inscrição, o curso que pretendem cursar e o SiSUnB não será mais utilizado.

[topo](#)

MEIO NORTE - PI - GERAL

Teresina tem o 2º melhor acompanhamento

A cada dois meses, a Secretaria Municipal de Educação (Semec) envia ao Ministério da Educação (MEC) dados atualizados sobre alunos beneficiários do Programa Bolsa Família em Teresina. São mais de 60 mil crianças das redes públicas e privadas da capital. Mantendo um ritmo exemplar, Teresina é hoje a capital do Nordeste que melhor desempenha a função de monitoramento, também é a segunda do Brasil.

Os resultados de abril e maio acabam de ser divulgados pelo MEC e mostram que 16 capitais ficaram com o nível de informação da frequência escolar acima da média histórica nacional. Teresina apresenta 97,71%, ficando atrás apenas de Porto Alegre. A capital piauiense também tem os beneficiários que mais cumprem a frequência exigida, estando entre as quatro que alcançaram mais de 98% no último bimestre. Na prática, a alta porcentagem significa que a equipe sabe exatamente quem está frequentando a sala de aula.

A presença na escola é uma das condicionalidades que garantem o acesso das crianças aos direitos sociais básicos, como educação, saúde e assistência social. Segundo Sandra Leite, assistente social e coordenadora municipal do Programa Bolsa Família na Educação, os números mostram que os alunos têm frequentado a escola e mantido o direito de acesso à educação. “Isso tudo só é possível pela parceria das escolas com as famílias, acompanhando de perto cada aluno. Ninguém fica para trás”, finaliza Sandra.

topo ↕

BANDNEWS FM - TEMPO REAL

Sem recursos para manutenção, universidades federais podem mudar rotina e reduzir programas

No Dia Nacional da Ciência, a BandNews FM fala sobre a situação das universidades federais depois do contingenciamento de verba para serviços de manutenção e programas de bolsas.

Hoje, a maioria dos pesquisadores precisa de auxílio financeiro para pagar o custo de vida e se dedicar aos estudos em tempo integral. A bolsa pode vir pelo CNPq, ligado ao Ministério da Ciência e Tecnologia, ou pela **Capes**, ligada ao Ministério da Educação.

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Mas, em fevereiro, o governo federal anunciou o contingenciamento de 42% do orçamento da Ciência e 30% da Educação. Ou seja: apesar de o dinheiro ter sido aprovado, não pode ser usado a não ser que o próprio governo libere.

topo ↕

AGÊNCIA BRASIL - TEMPO REAL

MEC divulga nesta terça resultado do Fies

O Ministério da Educação (MEC) divulga hoje (9) o resultado do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) juro zero e do P-Fies.

Nesta edição, serão ofertadas 46,6 mil vagas a juro zero. O resultado estará disponível na internet, na página do programa e nas instituições de ensino superior participantes.

Os estudantes selecionados no P-Fies devem comparecer à instituição de ensino para validar as informações prestadas na hora da inscrição a partir desta terça-feira. Já os selecionados na modalidade Fies devem complementar a inscrição no período de 10 a 12 de julho.

Quem não foi selecionado na modalidade Fies juro zero pode ainda participar da lista de espera, entre os dias 15 de julho e 23 de agosto.

Não há lista de espera do P-Fies. A pré-aprovação do financiamento na modalidade do P-Fies é de responsabilidade exclusiva dos agentes financeiros operadores de crédito que tenham relação jurídica estabelecida com instituições de ensino participantes. Fies

O Fies concede financiamento a estudantes em cursos superiores de instituições privadas com avaliação positiva pelo Ministério da Educação.

Pode concorrer quem fez uma das edições do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) a partir de 2010, com média igual ou superior a 450 pontos, e obtido nota maior que zero na redação.

Modalidades

O novo Fies, que começou a vigorar em 2018, tem modalidades de acordo com a renda familiar.

A modalidade com juro zero é para os candidatos com renda mensal familiar per capita de até três salários mínimos.

O aluno começará a pagar as prestações respeitando o seu limite de renda.

A modalidade chamada de P-Fies é para candidatos com renda familiar per capita entre três e cinco salários mínimos.

Nesse caso, o financiamento é feito por condições definidas pelo agente financeiro operador de crédito, que pode ser um banco privado ou fundos constitucionais e de Desenvolvimento.

Edição: Kleber Sampaio

[topo](#)

AGÊNCIA FOLHA - TEMPO REAL

Ministro diz que dinheiro para bolsas CNPq só dura até setembro e cobra verbas Marcos Pontes espera crédito de R\$ 310 milhões para o orçamento de Ciência e Tecnologia

O ministro da Ciência, Tecnologia e Comunicações, Marcos Pontes, afirmou que o dinheiro para as bolsas CNPq só dura até setembro e cobrou a aprovação de um crédito de R\$ 310 milhões para o orçamento da sua pasta para garantir o pagamento de bolsas do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico).

Segundo o ministro, com o orçamento atual, o ministério tem condições de manter o pagamento das cerca de 80 mil bolsas para os pesquisadores apenas nos próximos dois meses. A partir de outubro, o caixa está zerado.

“Esses R\$ 310 milhões têm que vir como crédito para o CNPq para manter essas bolsas, senão não funciona. O tempo está passando”, afirmou o ministro nesta segunda-feira (8) em Salvador, onde participou da premiação dos vencedores da Olimpíada Brasileira e

Matemática das Escolas Públicas.

Os recursos para o pagamento das bolsas estão no bojo de um pedido de suplementação do orçamento de R\$ 248,9 bilhões feito pelo presidente Jair Bolsonaro (PSL) e aprovado em junho pelo Congresso Nacional. Os recursos serão obtidos por meio da emissão de títulos públicos.

Marcos Pontes também comentou o manifesto assinado por dez ex-ministros de Ciência e Tecnologia de governos anteriores, que criticaram os cortes de orçamento nesta área.

“Recebi a carta e achei excelente a ideia de eles se juntarem a mim nesta batalha. [...] Eles certamente tentaram lá atrás reverter situação [de cortes] e não conseguiram. Agora, quem sabe, juntos, nós não conseguimos reverter”, afirmou o ministro.

Ele destaca que o orçamento da área vem caindo desde 2013 e que seu objetivo é fazer com que as verbas destinadas à pasta cheguem ao mesmo patamar de 2010, quando o ministério teve cerca de R\$ 6 bilhões.

Para isso, ele diz que tem conversado com o presidente Bolsonaro e com o ministro da Economia Paulo Guedes. Segundo Pontes, o presidente sinalizou positivamente ao seu pleito de aumentar o orçamento da pasta. “Agora, a gente está esperando. Eu quero ver no número”, disse.

Na avaliação do ministro, os recursos para ciência e tecnologia não devem ser encarados como gastos, mas como investimentos que dão um retorno rápido e garantido para o país.

“Esta é uma pauta boa em que todos convergem. Ciência e tecnologia é fato, é pesquisa, não tem a ver com ideologia”, afirmou o ministro, destacando o seu papel conciliador —há cerca de um mês ele reuniu-se com o governador do Maranhão Flávio Dino (PCdoB) para discutir sobre a base de Alcântara.

“Esse é meu jeito. Foco num assunto até resolver porque [entendo] que a tecnologia é uma das ferramentas mais poderosas que a gente tem. Pega a Estação Espacial [Internacional]. Ali tem várias nações, culturas, mas a ciência e tecnologia conectam. Para quem viu [a Terra] lá de cima, a gente está no mesmo barco.”

E a Terra é redonda, ministro?

“É redonda, pelo amor de Deus”, respondeu Pontes, antes de soltar uma gargalhada.

[topo](#)

AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

Manifesto contra desmonte da ciência é excelente, diz ministro

Marcos Pontes elogia carta em que ex-chefes da pasta criticam o governo e alertam para ‘risco de colapso na área’

SALVADOR - O ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), Marcos Pontes, classificou como "excelente" a iniciativa de ex-ministros da pasta de escreverem um manifesto sobre o risco de desmonte na área devido aos contingenciamentos orçamentários feitos pelo governo de Jair Bolsonaro.

Conciliador, Pontes disse que considera positiva a ideia de ex-gestores se juntarem a ele na tentativa de recuperar o orçamento do MCTIC. O astronauta disse ainda que tem se reunido com o presidente Jair Bolsonaro e com o ministro da Economia, Paulo Guedes, para tentar liberar parte dos recursos para a pasta. Segundo ele, Bolsonaro sinalizou positivamente e manifestou que pretende desbloquear parte da verba - o ministro, no entanto, não detalhou o valor.

Em entrevista após a cerimônia de entrega das medalhas da Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (Obmep), que aconteceu nesta segunda-feira, em Salvador, Pontes voltou a dizer que, caso não receba um crédito extra para o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), o dinheiro disponível para o pagamento de bolsas vai acabar em setembro.

- Eu recebi a carta e achei excelente a ideia de (os ex-ministros) se juntarem a mim nessa batalha de aumentar o orçamento da ciência, tecnologia e da educação no país. Mas é importante notar também que esse orçamento vem caindo desde 2013. A gente recebeu com um orçamento muito baixo, incoerente com relação à importância da ciência e tecnologia no país. Eles (os ex-ministros) tentaram reverter essa situação, não conseguiram, e agora quem sabe juntos conseguimos reverter - disse Pontes.

Segundo o ministro, sua meta é conseguir retomar o orçamento ao mesmo patamar de 2010:

- Falei com o presidente Bolsonaro. Tenho falado bastante com ele e com Paulo Guedes sobre essa reversão necessária dessa cachoeira do orçamento, que vem em uma derivada constante negativa. Precisamos reverter para uma derivada positiva e voltar aos níveis de 2010, quando tínhamos níveis mais coerentes, acima de R\$ 6 bilhões. O presidente sinalizou positivamente. Temos um compromisso do presidente de aumentar esses orçamentos, e agora estamos esperando. Eu gosto de ver no número.

Bolsas do CNPq em risco

Mais uma vez, o ministro alertou para o risco de faltar dinheiro para o pagamento de bolsas do CNPq. Pontes disse que conseguiu resguardar o pagamento dos benefícios, ao contrário do que aconteceu no Ministério da Educação (MEC), porque estabeleceu isso como prioridade, mas o orçamento pode terminar em breve, caso o MCTIC não receba mais recursos.

- Conseguimos preservar todas as bolsas, temos pouco mais de 80 mil. Quando teve o bloqueio, tivemos que fazer escolhas e ver qual a prioridade. Eu coloquei como prioridade manter o orçamento das unidades de pesquisa, nenhuma unidade de pesquisa teve bloqueio, e as bolsas do CNPq também não. Não quer dizer que o problema está resolvido. O pessoal fala que eu reclamo muito de orçamento. Do orçamento que temos para o CNPq, embora tenhamos protegido as bolsas e apertado os cintos de todo mundo dentro do ministério, temos orçamento até setembro, depois de setembro é zero - afirmou o ministro, destacando que "o tempo está passando".

O ministro falou ainda sobre a tramitação, na Câmara, do Acordo de Salvaguardas Tecnológicas (AST), que permite a Estados Unidos e outras nações lançar satélites a partir do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA), no Maranhão. Ele afirma que é desejável que o Congresso ratifique o quanto antes a medida que, segundo Pontes, pode

trazer desenvolvimento para a região.

- Eu não sei muito sobre os ritos dentro da Câmara. Do meu ponto de vista, gostaria que fosse votado assim que possível, é muito importante para o Maranhão, para o Brasil. Os parlamentares já têm um entendimento do que trata o acordo e temos um programa bem estruturado para isso. O programa é estruturado em três partes. A primeira é a assinatura e aprovação na Câmara. Uma vez aprovado, a gente passa para segunda parte, que são os planos de negócios locais, o plano para o próprio centro em si, a parte de tecnologia, e toda a conversa com quilombolas, as comunidades locais - disse o ministro.

Ele afirma que teve um encontro "muito bom" com o governador maranhense, Flávio Dino (PC do B), e que toda a bancada do estado é a favor do projeto. Embora Dino seja de um partido de oposição, Pontes disse que não teve dificuldade em negociar.

Competição revela talentos

Pontes participou da cerimônia de premiação da Obmep , que é financiada tanto pelo MCTIC quanto pelo MEC, cujo ministro, Abraham Weintraub , não compareceu ao evento com mais 500 estudantes de escolas de todo país. Durante seu discurso, o ministro discursou amplamente sobre educação e disse que falava tanto sobre o tema, porque graças aos estudos sua vida foi transformada. O ministro foi fortemente aplaudido e, na saída, foi interpelado por diversos medalhistas para tirar foto.

Em sua 14ª edição, a Obmep registrou no ano passado a participação de 18,2 milhões de alunos na primeira fase, dos quais 952.782 foram classificados para a segunda etapa. Nesta segunda-feira, foram premiados os 575 medalhistas de ouro de todo o país.

- O que temos nesta sala é o futuro do Brasil, 500 medalhistas de ouro de uma competição que começou com 18 milhões de jovens e crianças do país todo. Em praticamente todos os municípios. Pouquíssimas iniciativas têm a capilaridade da Obmep. Ela identifica talento, estimula o gosto pela ciência, contribui para a melhora do ensino e oferece oportunidade - afirmou o diretor geral do Impa, Marcelo Viana.

*A repórter viajou a convite do Instituto de Matemática Pura e Aplicada (Impa)

topo ↕

NOTÍCIAS AO MINUTO - TEMPO REAL

Edifícios com fachadas de vidro geram alto impacto ambiental

Com janelas seladas e sistema constante de condicionamento artificial, as edificações consomem mais energia

Por fora, bela viola. Por dentro, pão bolorento.” O famoso ditado popular encaixa-se quase que perfeitamente aos edifícios corporativos envidraçados que vemos com frequência em metrópoles, como São Paulo e Rio de Janeiro, e mesmo em cidades de menor porte, como São Carlos, no interior paulista.

Esses edifícios, que normalmente são construídos para abrigar escritórios de grandes empresas, têm altíssimo impacto ambiental antes e durante o seu uso. Foi isso que descobriu Rosilene Regolão Brugnera em sua pesquisa de doutorado realizada no Instituto de Arquitetura e Urbanismo (IAU) da USP, sob a orientação da docente Karin Maria S. Chvatal, do IAU, e co-orientação de João Adriano Rossignolo, da Faculdade de Zootecnia e Engenharia de Alimentos (FZEA) da USP. “Esses edifícios normalmente têm plantas maiores que 900 metros quadrados (m²), sem paredes internas, chamados de

edifícios de planta livre, do inglês *open plan offices*, com janelas totalmente seladas e sistemas de condicionamento artificial funcionando em todo o período de ocupação do edifício. Analisamos suas fachadas e como suas características influenciam no consumo de energia, nos impactos ambientais e no custo. A ideia do projeto foi trabalhar essas três variáveis de forma integrada ao longo de toda a vida útil do edifício”, explica Rosilene.

“Rosilene fez uma avaliação do ciclo de vida (ACV) dessas construções e, para isso, parte de seu doutorado foi feita na Universidade do Minho, Portugal, sob orientação do pesquisador Ricardo Mateus, especialista em análise do ciclo de vida para construção civil”, complementa Karin.

Rosilene fez um estudo comparativo entre dois modelos de fachadas: fachada cortina (totalmente envidraçada) e a tradicional (parede em alvenaria e esquadria com vidro). Em sua análise, ela considerou os materiais utilizados, o tamanho da janela, o tipo de vidro utilizado, ausência ou presença de dispositivo de sombreamento e como a combinação de tais características influenciou o consumo de energia do edifício, avaliado para três climas brasileiros, totalizando uma análise com 144 cenários diferentes. E, ainda em relação ao clima, três cidades foram analisadas: São Paulo (clima médio), Manaus (clima quente) e Curitiba (clima frio).

Em relação ao consumo de energia durante o uso ao longo de 60 anos de vida útil do edifício, alguns itens fazem toda a diferença, como a inserção de sombreamento na fachada. “Foi verificado que contribuem para o aumento do consumo de energia usar a fachada cortina, em vez da tradicional, não utilizar sombreamento, utilizar vidro incolor em vez das outras opções, e aumentar a área de janela. Também foi observado que no clima de Manaus, onde é muito mais quente, o impacto de medidas para reduzir o consumo de energia é menor”, explica Karin. “Ou seja, são diversas as variáveis que influenciarão no consumo de energia. Mas, na realidade, é o equilíbrio entre todas essas variáveis que realmente fará a diferença.”

Ainda de acordo com a pesquisadora, na fase de pré-uso, o alumínio foi o material que apresentou o maior impacto ambiental, mas como a fase de uso tem maiores impactos, visto que considera 60 anos de vida útil do edifício, ela é que contribui mais como o impacto. “Verificamos que, no Brasil, os resultados são similares aos resultados encontrados em outros países”, elucida Karin.

O grande vilão

Mas, mesmo que diversos elementos colaborem para tornar esses edifícios grande inimigos do meio ambiente, o maior responsável por isso ainda continua sendo seu principal material: o vidro. “Quando também consideramos o custo, as soluções que já apresentavam maior impacto ambiental também são as mais caras. Inclusive, gerando uma diferença muito clara entre a fachada tradicional e a fachada cortina”, explica Karin.

Na análise de Rosilene, edifícios totalmente envidraçados chegam a consumir cerca de 25% a mais de energia do que aqueles com as fachadas tradicionais. “Nos Estados

Unidos, esses edifícios são muito comuns, e o Brasil adotou como modelo esse estilo internacional de arquitetura. E os edifícios corporativos normalmente são desse estilo, bem fechados e, por isso, não utilizam ventilação natural”, descreve a docente.

Mas por que então os grandes edifícios corporativos ainda optam por esse tipo de fachada “antiecológica”? A razão também é desconhecida pelas duas pesquisadoras, mas especulação imobiliária é um dos palpites. “Pensamos que seja necessário buscar outras alternativas de construção e de projeto arquitetônico que explorem diferentes possibilidades para esse tipo de edifício.” E diante da análise e dos dados coletados por Rosilene, parece que outro ditado se encaixa perfeitamente aos pomposos edifícios: “nem tudo que reluz é ouro”. Artigo sobre o assunto foi publicado na revista Ambiente construído. A pesquisa de Rosilene foi financiada pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**.

topo ↕

PORTAL EXAME - TEMPO REAL

Relator da LDO blindou educação de contingenciamento em 2020 Deputado Cacá Leão incluiu no grupo de gastos que não podem ser bloqueados "despesas com as ações vinculadas à função educação"

Brasília — O relator do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2020, deputado Cacá Leão (PP-BA), blindou as despesas ligadas à educação de eventuais bloqueios pelo Executivo e suspendeu a vedação que existia para reajustes salariais de servidores públicos no ano que vem, em duas frentes de divergência com o governo federal.

Em seu texto, submetido na noite de domingo no sistema da Comissão Mista de Orçamento (CMO) do Congresso Nacional, Leão incluiu no grupo de gastos que não podem ser contingenciados “despesas com as ações vinculadas à função educação”.

Com isso, ele reduziu, na prática, parte significativa do espaço disponível para o governo congelar despesas quando precisa assegurar o cumprimento da meta fiscal.

Em março, quando o Executivo anunciou o contingenciamento de quase 30 bilhões de reais para este ano, o Ministério da Educação (MEC) foi o mais afetado, com bloqueio de 5,8 bilhões de reais.

A limitação, inclusive, catapultou manifestações Brasil a fora após o ministro da Educação, Abraham Weintraub, chegar a afirmar que a balbúrdia feita pelas universidades federais seria um critério para definição de quais delas teriam suas verbas reduzidas.

Caso a blindagem no PLDO de 2020 seja mantida, não apenas os gastos do MEC serão protegidos, mas também as despesas de outras pastas que estiverem de alguma forma vinculadas à educação.

No relatório, Leão também suspendeu a vedação a reajustes salariais para servidores civis no ano que vem, contrariando versão original do governo, que previa possibilidade de aumento apenas para os militares.

Segundo o secretário especial de Fazenda do Ministério da Economia, Waldery Rodrigues, a equipe econômica é contra a flexibilização, em meio ao cenário de forte

desequilíbrio das contas públicas.

“O que ele (Leão) colocou foi possibilidade para ajuste dos servidores civis. Isso vai ser pauta de diálogo com ele”, afirmou Rodrigues mais cedo nesta segunda-feira.

“Nós entendemos que os aumentos de servidores não devem vir na LDO, somente o que foi colocado associado à Nova Previdência que é questão dos militares”, completou Rodrigues.

Leão, por sua vez, escreveu que o eventual aumento salarial para os servidores públicos deve ser analisado individualmente.

“Não somos contrários ao reajuste das remunerações dos militares, até porque visam a mera recomposição de perdas decorrentes da desvalorização monetária ao longo dos anos, de tal modo a manter o poder de compra”, escreveu ele no relatório.

“Todavia acreditamos que deve haver outras categorias civis que sofrem do mesmo problema, portanto decidimos por excluir a vedação de reajuste a pessoal civil da União que deve ser analisado caso a caso na tramitação do Orçamento Geral da União para 2020”, acrescentou.

Meta mantida

No texto apresentado, o relator manteve a meta de déficit primário de 124,1 bilhões de reais para o governo central no ano que vem, sétimo resultado consecutivo no vermelho, apesar de reconhecer que o crescimento esperado para a economia, de 2,5%, não é mais visto como factível.

No relatório Focus, feito pelo BC junto a uma centena de economistas, a expectativa é de alta de 2,2% do Produto Interno Bruto (PIB) no ano que vem.

“Apesar de as estimativas mais atuais indicarem que o crescimento econômico para 2020 já não deverá ocorrer na mesma magnitude esperada pelo governo de 2,5%, não vemos necessidade de alteração nas projeções apresentadas”, pontuou Leão.

A aprovação do projeto da LDO de 2020 é necessária para que o Congresso possa ter o recesso de julho, a partir do dia 18 deste mês. Após aval da CMO, o texto tem que ser votado em sessão conjunta da Câmara e do Senado.

topo 

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

MEC divulga nesta terça resultado do Fies

O Ministério da Educação (MEC) divulga hoje (9) o resultado do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) juro zero e do P-Fies.

Nesta edição, serão ofertadas 46,6 mil vagas a juro zero. O resultado estará disponível na internet, na página do programa e nas instituições de ensino superior participantes.

Os estudantes selecionados no P-Fies devem comparecer à instituição de ensino para validar as informações prestadas na hora da inscrição a partir desta terça-feira. Já os selecionados na modalidade Fies devem complementar a inscrição no período de 10 a 12 de julho.

Quem não foi selecionado na modalidade Fies juro zero pode ainda participar da lista de espera, entre os dias 15 de julho e 23 de agosto.

Não há lista de espera do P-Fies. A pré-aprovação do financiamento na modalidade do P-Fies é de responsabilidade exclusiva dos agentes financeiros operadores de crédito que tenham relação jurídica estabelecida com instituições de ensino participantes. Fies

O Fies concede financiamento a estudantes em cursos superiores de instituições privadas com avaliação positiva pelo Ministério da Educação.

Pode concorrer quem fez uma das edições do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) a partir de 2010, com média igual ou superior a 450 pontos, e obtido nota maior que zero na redação.

Modalidades

O novo Fies, que começou a vigorar em 2018, tem modalidades de acordo com a renda familiar.

A modalidade com juro zero é para os candidatos com renda mensal familiar per capita de até três salários mínimos.

O aluno começará a pagar as prestações respeitando o seu limite de renda.

A modalidade chamada de P-Fies é para candidatos com renda familiar per capita entre três e cinco salários mínimos.

Nesse caso, o financiamento é feito por condições definidas pelo agente financeiro operador de crédito, que pode ser um banco privado ou fundos constitucionais e de Desenvolvimento.

topo 

REUTERS BRASIL - TEMPO REAL

Relator da LDO blinda educação de contingenciamento em 2020, abre espaço para aumento a servidores

BRASÍLIA (Reuters) - O relator do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2020, deputado Cacá Leão (PP-BA), blindou as despesas ligadas à educação de eventuais bloqueios pelo Executivo e suspendeu a vedação que existia para reajustes salariais de servidores públicos no ano que vem, em duas frentes de divergência com o governo federal.

Em seu texto, submetido na noite de domingo no sistema da Comissão Mista de Orçamento (CMO) do Congresso Nacional, Leão incluiu no grupo de gastos que não podem ser contingenciados “despesas com as ações vinculadas à função educação”.

Com isso, ele reduziu, na prática, parte significativa do espaço disponível para o governo congelar despesas quando precisa assegurar o cumprimento da meta fiscal.

Em março, quando o Executivo anunciou o contingenciamento de quase 30 bilhões de reais para este ano, o Ministério da Educação (MEC) foi o mais afetado, com bloqueio

de 5,8 bilhões de reais.

A limitação, inclusive, catapultou manifestações Brasil afora após o ministro da Educação, Abraham Weintraub, chegar a afirmar que a balbúrdia feita pelas universidades federais seria um critério para definição de quais delas teriam suas verbas reduzidas.

Caso a blindagem no PLDO de 2020 seja mantida, não apenas os gastos do MEC serão protegidos, mas também as despesas de outras pastas que estiverem de alguma forma vinculadas à educação.

No relatório, Leão também suspendeu a vedação a reajustes salariais para servidores civis no ano que vem, contrariando versão original do governo, que previa possibilidade de aumento apenas para os militares.

Segundo o secretário especial de Fazenda do Ministério da Economia, Waldery Rodrigues, a equipe econômica é contra a flexibilização, em meio ao cenário de forte desequilíbrio das contas públicas.

“O que ele (Leão) colocou foi possibilidade para ajuste dos servidores civis. Isso vai ser pauta de diálogo com ele”, afirmou Rodrigues mais cedo nesta segunda-feira.

“Nós entendemos que os aumentos de servidores não devem vir na LDO, somente o que foi colocado associado à Nova Previdência que é questão dos militares”, completou Rodrigues.

Leão, por sua vez, escreveu que o eventual aumento salarial para os servidores públicos deve ser analisado individualmente.

“Não somos contrários ao reajuste das remunerações dos militares, até porque visam a mera recomposição de perdas decorrentes da desvalorização monetária ao longo dos anos, de tal modo a manter o poder de compra”, escreveu ele no relatório.

“Todavia acreditamos que deve haver outras categorias civis que sofrem do mesmo problema, portanto decidimos por excluir a vedação de reajuste a pessoal civil da União que deve ser analisado caso a caso na tramitação do Orçamento Geral da União para 2020”, acrescentou.

No texto apresentado, o relator manteve a meta de déficit primário de 124,1 bilhões de reais para o governo central no ano que vem, sétimo resultado consecutivo no vermelho, apesar de reconhecer que o crescimento esperado para a economia, de 2,5%, não é mais visto como factível.

No relatório Focus, feito pelo BC junto a uma centena de economistas, a expectativa é de alta de 2,2% do Produto Interno Bruto (PIB) no ano que vem.

“Apesar de as estimativas mais atuais indicarem que o crescimento econômico para 2020 já não deverá ocorrer na mesma magnitude esperada pelo governo de 2,5%, não vemos necessidade de alteração nas projeções apresentadas”, pontuou Leão.

A aprovação do projeto da LDO de 2020 é necessária para que o Congresso possa ter o recesso de julho, a partir do dia 18 deste mês. Após aval da CMO, o texto tem que ser votado em sessão conjunta da Câmara e do Senado.

topo ↕

TERRA - TEMPO REAL

Relator da LDO blinda educação de contingenciamento em 2020, abre espaço para aumento a servidores

O relator do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2020, deputado Cacá Leão (PP-BA), blindou as despesas ligadas à educação de eventuais bloqueios pelo Executivo e suspendeu a vedação que existia para reajustes salariais de servidores públicos no ano que vem, em duas frentes de divergência com o governo federal.

Em seu texto, submetido na noite de domingo no sistema da Comissão Mista de Orçamento (CMO) do Congresso Nacional, Leão incluiu no grupo de gastos que não podem ser contingenciados "despesas com as ações vinculadas à função educação".

Com isso, ele reduziu, na prática, parte significativa do espaço disponível para o governo congelar despesas quando precisa assegurar o cumprimento da meta fiscal.

Em março, quando o Executivo anunciou o contingenciamento de quase 30 bilhões de reais para este ano, o Ministério da Educação (MEC) foi o mais afetado, com bloqueio de 5,8 bilhões de reais.

A limitação, inclusive, catapultou manifestações Brasil afora após o ministro da Educação, Abraham Weintraub, chegar a afirmar que a balbúrdia feita pelas universidades federais seria um critério para definição de quais delas teriam suas verbas reduzidas.

Caso a blindagem no PLDO de 2020 seja mantida, não apenas os gastos do MEC serão protegidos, mas também as despesas de outras pastas que estiverem de alguma forma vinculadas à educação.

No relatório, Leão também suspendeu a vedação a reajustes salariais para servidores civis no ano que vem, contrariando versão original do governo, que previa possibilidade de aumento apenas para os militares.

Segundo o secretário especial de Fazenda do Ministério da Economia, Waldery Rodrigues, a equipe econômica é contra a flexibilização, em meio ao cenário de forte desequilíbrio das contas públicas.

"O que ele (Leão) colocou foi possibilidade para ajuste dos servidores civis. Isso vai ser pauta de diálogo com ele", afirmou Rodrigues mais cedo nesta segunda-feira.

"Nós entendemos que os aumentos de servidores não devem vir na LDO, somente o que foi colocado associado à Nova Previdência que é questão dos militares", completou Rodrigues.

Leão, por sua vez, escreveu que o eventual aumento salarial para os servidores públicos deve ser analisado individualmente.

"Não somos contrários ao reajuste das remunerações dos militares, até porque visam a mera recomposição de perdas decorrentes da desvalorização monetária ao longo dos anos, de tal modo a manter o poder de compra", escreveu ele no relatório.

"Todavia acreditamos que deve haver outras categorias civis que sofrem do mesmo problema, portanto decidimos por excluir a vedação de reajuste a pessoal civil da União que deve ser analisado caso a caso na tramitação do Orçamento Geral da União para 2020", acrescentou.

META MANTIDA

No texto apresentado, o relator manteve a meta de déficit primário de 124,1 bilhões de reais para o governo central no ano que vem, sétimo resultado consecutivo no vermelho, apesar de reconhecer que o crescimento esperado para a economia, de 2,5%, não é mais visto como factível.

No relatório Focus, feito pelo BC junto a uma centena de economistas, a expectativa é de alta de 2,2% do Produto Interno Bruto (PIB) no ano que vem.

"Apesar de as estimativas mais atuais indicarem que o crescimento econômico para 2020 já não deverá ocorrer na mesma magnitude esperada pelo governo de 2,5%, não vemos necessidade de alteração nas projeções apresentadas", pontuou Leão.

A aprovação do projeto da LDO de 2020 é necessária para que o Congresso possa ter o recesso de julho, a partir do dia 18 deste mês. Após aval da CMO, o texto tem que ser votado em sessão conjunta da Câmara e do Senado.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

MEC divulga nesta terça resultado do Fies

O MEC (Ministério da Educação) divulga hoje o resultado do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) juro zero e do P-Fies. Nesta edição, serão ofertadas 46,6 mil vagas a juro zero. O resultado estará disponível na internet, na página do programa e nas instituições de ensino superior participantes.

Os estudantes selecionados no P-Fies devem comparecer à instituição de ensino para validar as informações prestadas na hora da inscrição a partir desta terça-feira. Já os selecionados na modalidade Fies devem complementar a inscrição no período de 10 a 12 de julho.

Quem não foi selecionado na modalidade Fies juro zero pode ainda participar da lista de espera, entre os dias 15 de julho e 23 de agosto.

Não há lista de espera do P-Fies. A pré-aprovação do financiamento na modalidade do P-Fies é de responsabilidade exclusiva dos agentes financeiros operadores de crédito que tenham relação jurídica estabelecida com instituições de ensino participantes.

O Fies concede financiamento a estudantes em cursos superiores de instituições privadas com avaliação positiva pelo Ministério da Educação. Pode concorrer quem fez uma das edições do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) a partir de 2010, com média igual ou superior a 450 pontos, e obtido nota maior que zero na redação.

Modalidades

O novo Fies, que começou a vigorar em 2018, tem modalidades de acordo com a renda familiar. A modalidade com juro zero é para os candidatos com renda mensal familiar per capita de até três salários mínimos. O aluno começará a pagar as prestações respeitando o seu limite de renda.

A modalidade chamada de P-Fies é para candidatos com renda familiar per capita entre três e cinco salários mínimos.

Nesse caso, o financiamento é feito por condições definidas pelo agente financeiro operador de crédito, que pode ser um banco privado ou fundos constitucionais e de Desenvolvimento.

GAZETA DO POVO – PR - TEMPO REAL

Compra de tese de doutorado pode chegar a R\$ 8 mil na internet

A execução de uma pesquisa de mestrado ou doutorado que varia de dois a quatro anos, respectivamente, pode ser reduzida para até 60 dias se encomendada em sites que vendem dissertações e teses prontas a alunos de pós-graduação. A comercialização é explícita e os valores são tabelados em até R\$ 8 mil, conforme apurou a Gazeta do Povo.

Para confirmar a prática, a reportagem pediu orçamentos para elaborações de uma dissertação e de uma tese a cinco diferentes empresas que ofertam o serviço na internet. O valor estipulado variou entre R\$ 1,5 mil e R\$ 4,8 mil para uma pesquisa de mestrado. Na de doutorado, o menor preço ficou em R\$ 2,3 mil e o maior em R\$ 8 mil.

Os pedidos foram feitos por telefone pelos números disponibilizados nos sites. Pelo código de área, as empresas verificadas são de São Paulo, Distrito Federal e Paraná.

As simulações dos orçamentos solicitados foram para uma dissertação de 120 páginas sobre as correntes filosóficas do Direito e para uma tese de 200 páginas sobre as mudanças sofridas pela Lei de Licitações ao longo do tempo. Essas definições tornaram-se necessárias porque as empresas pediam o tema, a área de pesquisa e o número de páginas para calcular os valores.

A forma de pagamento foi diferente em todas as empresas, mas todas pediram adiantamento para iniciar o serviço. Também existe a possibilidade de parcelar. O máximo ofertado chega a 12 vezes em cartão de crédito para o valor de R\$ 8 mil.

Outra característica são os contratos de garantia e confidencialidade, chamados de “termo de adesão” pelas empresas. Nesse documento, a empresa se compromete a entregar o material sem plágio e no prazo determinado pelo aluno que, por sua vez, é obrigado a quitar o valor. Ambos ainda firmam o compromisso de confidencialidade sobre a transação.

Prática pode resultar em punições

O comércio de produções científicas é considerado uma “prática imoral e eticamente condenável” pela Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior (Capes). A entidade diz reconhecer o problema “que afronta o objetivo principal da pós-graduação, qual seja, a produção de conhecimento científico-tecnológico para o desenvolvimento do país”.

Administrativamente, o aluno que usar uma pesquisa encomendada para obter o grau de mestre ou doutor, caso descoberto, pode sofrer sanções por parte da instituição, como a perda do diploma e exclusão do Programa de Pós-Graduação (PPG).

Leia também: CNPq deu bolsas para pesquisadores sem currículo adequado

“Trata-se de uma prática imoral e eticamente condenável. Nesse sentido, a compra de dissertações e teses pode constituir fraude acadêmica que, quando identificada pela Instituição de Ensino Superior, sujeita o aluno às sanções impostas pela instituição de ensino, como seu desligamento do programa”, ratificou a **Capes**, em nota.

Mesmo sendo considerada uma falta ética grave, a jurista especialista em propriedade intelectual, Laira Araújo, comenta que o comércio de venda e compra de pesquisas prontas entre empresas e alunos de pós-graduação ainda não pode ser enquadrada em nenhum tipo de crime previsto pela legislação brasileira. Ela ressalta que se o autor da pesquisa encomendada ceder os direitos por meio de contrato, o comprador pode usá-la.

“O ato de compra e venda não é ilegal. A cessão de direitos patrimoniais de exploração de obra é possível. Quanto à autoria, a lei de direitos autorais dispõe que o autor tem o direito de ter seu nome vinculado a sua obra e, portanto, poderia reivindicá-la a qualquer momento. Mas na medida em que é o próprio autor que cede o trabalho científico o uso por quem compra não é ilegal”, argumentou.

A jurista destaca, porém, que o comércio é diferente do plágio. Caso a empresa se aproprie de uma obra sem a devida cessão de direitos pelo verdadeiro autor para vendê-la a terceiros, tanto o vendedor quanto o comprador podem ser enquadrados no crime de falsidade ideológica, previsto no artigo 229 do Código Penal. A pena é de um a cinco anos de reclusão pela adulteração de documentos públicos, mais o pagamento de multa.

“Existem alguns estudiosos que entendem que a conduta configuraria o crime de falsidade ideológica, já que a pessoa que apresenta o trabalho insere a declaração falsa de que o trabalho é de sua autoria enquanto na verdade não é. Nesse caso, somente a pessoa que utiliza a monografia como sua seria punida penalmente. Logo, a compra e venda não é ilegal e sim o uso pelo aluno de monografia como se fosse sua. Lembrando que há doutrinadores que entendem que não é crime”, completou Laila Araújo.

Além da falsidade ideológica, o plágio ainda pode ser tipificado como violação de propriedade intelectual, previsto no artigo 184 do Código Penal, com pena de dois a quatro anos de reclusão e multa.

Leia também: “Supervalorizar revistas acadêmicas não nos ajuda a melhorar”

Para o diretor adjunto de estudos da Associação Brasileira de Propriedade Intelectual (ABPI), José Eduardo Pieri, o tempo recorde que empresas prometem para entregar as pesquisas é um indício da existência da venda de um material com plágio.

“Se essas empresas que fazem teses e dissertações copiam outras de terceiros ou usam pesquisas sobre temas que já existem e apenas mexem um pouco – o que é mais provável porque é difícil uma empresa juntar mestres e doutores dispostos a escrever

sobre o que você quiser – a pessoa que compra corre o sério risco de ser penalizada por plágio, o que é um crime de direito autoral. Não me parece viável um negócio desse sem violação de propriedade intelectual”, comentou.

As universidades estão preparadas para detectar a fraude? Ainda que se utilizem diferentes softwares contra o plágio, a ABPI acredita que as instituições de ensino superior brasileiras ainda não estão totalmente preparadas para identificar a prática. A entidade e a **Capes** recomendam campanhas de conscientização com alunos e professores sobre o tema e suas consequências.

“É um desserviço à pesquisa. Se pensarmos que isso acontece em uma universidade pública, é pior ainda porque o aluno está utilizando dinheiro do contribuinte para burlar as regras para obter um grau de mestre ou doutor. A pessoa que faz isso comete um crime”, afirma Pieri.

Na Universidade Federal do Paraná (UFPR), a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação atua no trabalho de conscientização. Existem, inclusive, normas internas de avaliação de uma pesquisa para saber se, de fato, o aluno é o verdadeiro autor do estudo. A instituição garante que não existe investigação em curso sobre denúncias do tipo.

“Sabemos que o mercado continua, o que tem feito com que a pró-reitoria e a gestão superior da universidade sempre atuem junto aos coordenadores dos programas stricto sensu no sentido de chamar atenção para os processos avaliativos conforme a resolução estabelece. Então, tenho visto na UFPR a fidedignidade dos trabalhos feitos pelos pesquisadores, seus orientadores, dentro dos processos de ensino e pesquisa que fazem”, garante o pró-reitor Francisco Mendonça.

Ele acrescenta que as bancas públicas de defesa das pesquisas são eficazes para saber se o aluno coletou, analisou e redigiu sobre os dados. Nesta etapa, o processo chega a durar até cinco horas, com questionamentos de membros avaliadores sobre aspectos teóricos, metodológicos e analíticos.

Para burlar a banca, duas das cinco empresas prometem orientação para o aluno se preparar e até a produção dos slides de apresentação, além da cessão da bibliografia usada na pesquisa.

A avaliação das dissertações e teses é de autonomia dos programas de pós-graduação, segundo a **Capes**, que diz não ser de sua competência interferir nem investigar infrações de propriedade intelectual. Contudo, fraudes encontradas nos programas diminuirão as notas dos cursos de mestrado e doutorado, assegura.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

UFRJ não consegue pagar conta de luz desde janeiro, diz reitora Denise Pires de Carvalho recebeu o cargo nesta segunda-feira. Ela pretende reabrir pelo menos uma ala do Museu Nacional em 2022.

A nova reitora da UFRJ, Denise Carvalho falou nesta segunda (8), dia em que tomou posse no cargo, sobre a necessidade de reverter o contingenciamento de verbas do MEC. Segundo a reitora, a universidade corre o risco de ficar sem energia elétrica, já que a conta de luz não é paga desde janeiro.

Uma das primeiras ações da reitora vai ser participar de uma reunião com o MEC agendada para a próxima semana.

"Das instituições federais a UFRJ é a que está em situação mais grave. Não temos dinheiro para honrar contratos vigentes. As outras conseguem se manter até julho, o dinheiro da UFRJ acabou em abril. A luz não é paga desde janeiro, a água há 24 meses e serviços de segurança e limpeza também estão com atraso. Sem luz, os hospitais e laboratórios param e há o risco de perda de estudos não laboratórios de mais de uma década. Vamos buscar uma solução porque não podemos deixar a universidade parar", disse Denise.

A reitora também vai busca a liberação de 20% dos R\$43 milhões liberados pela bancada parlamentar do Rio para dar

Continuidade aos trabalhos de resgate e reconstrução do Museu Nacional. Ela pretende reabrir ao menos uma ala do palácio em 2022, ano do bicentenário da independência.

Primeira mulher a ocupar a reitoria da UFRJ, a maior universidade federal do país, a professora e médica Denise Pires de Carvalho recebeu o cargo do agora antecessor, Roberto Leher. A cerimônia de transmissão foi no Centro de Tecnologia, na Cidade Universitária da Ilha do Fundão.

Perfil

No Instituto de Biofísica (IBCCF) da UFRJ, Denise Pires de Carvalho leciona nos cursos de graduação da área da saúde e nos programas de pós-graduação em Medicina (Endocrinologia) e Ciências Biológicas-Fisiologia.

Médica formada pela UFRJ, tem mestrado e doutorado em Ciências Biológicas (Biofísica) pelo IBCCF e pós-doutorado pelo Hôpital de Bicêtre (Paris) e pelo Università Degli Studi di Napoli (Itália).

Ela já foi diretora e vice-diretora do IBCCF, coordenadora acadêmica da Pró-Reitoria de Graduação da UFRJ e diretora adjunta de graduação e pós-graduação.

Pró-reitorias

Graduação (PR-1): Gisele Pires, professora associada da Faculdade de Medicina;

Pós-Graduação e Pesquisa (PR-2): Denise Freire, professora titular do Instituto de Química e coordenadora do Laboratório de Biotecnologia Microbiana;

Planejamento, Desenvolvimento e Finanças (PR-3): Eduardo Raupp, professor associado do Instituto Coppead de Administração;

Pessoal (PR-4): Luzia Araújo, servidora técnico-administrativa vinculada ao Hospital Universitário Clementino Fraga Filho;

Extensão (PR-5): Ivana Bentes, professora titular e diretora da Escola de Comunicação;

Gestão e Governança (PR-6): André Esteves, servidor técnico-administrativo

reconduzido ao cargo;

Políticas Estudantis (PR-7): Roberto Vieira, servidor técnico-administrativo e ex-superintendente executivo de Acesso e Registro;

Prefeitura Universitária: Marcos Maldonado.

topo ↕

JORNAL DA CIÊNCIA - TEMPO REAL

Em defesa da ciência brasileira

“É fundamental que os dirigentes das universidades e institutos de pesquisa, sociedades científicas, pesquisadores e sindicatos continuem pressionando e denunciando em todos os fóruns essa tentativa de aniquilamento da ciência brasileira”, comenta Renato Cordeiro, pesquisador emérito da Fiocruz

Nesse dia 7 de julho tivemos na Quinta da Boa Vista o evento “Domingo com Ciência na Quinta”. O evento celebra os 71 anos da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SPBC), o Dia Nacional da Ciência e o Dia Nacional do Pesquisador, e mais uma vez, homenageia nosso querido Museu Nacional que está comemorando 201 anos, atingido por um incêndio de grandes proporções que consumiu um vasto acervo com mais de 20 milhões de itens formado ao longo de mais de duas décadas.

Ciência, Tecnologia & Inovação, Educação e Meio Ambiente passam por momentos difíceis no Brasil com o desprezo governamental pelas atividades de pesquisa e ensino nas universidades e institutos de pesquisa.

Os dramáticos cortes de 42 % no orçamento do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, 31,7% no Ministério da Educação, e 79,5% nas atividades do Ministério de Minas e Energia prejudicam significativamente o futuro da ciência e da pós-graduação no Brasil. Cortes em bolsas de mestrado e doutorado da **CAPES**, que não são reajustadas há 6 anos, trarão prejuízos inimagináveis para a ciência brasileira.

A UFRJ, Fiocruz, USP e outras universidades e institutos de pesquisa, já perderam uma significativa cota de bolsas e o quadro poderá ficar mais dramático nos próximos meses. Nosso estratégico CNPq, extremamente fragilizado, com esses lamentáveis cortes, corre o risco de não ter dinheiro para bolsas e auxílios para a pesquisa a partir do segundo semestre de 2019.

No dia 1º de julho, na COPPE –UFRJ foi lançado o manifesto “CT&I em Estado de Alerta”, assinado por 10 ex-ministros de Ciência, Tecnologia e Inovação. O documento alerta “para riscos de colapso da área de Ciência e Tecnologia”, e destaca que “Havia nos governos anteriores consenso quanto à relevância do desenvolvimento científico e tecnológico, sabíamos que uma base econômica sólida, precisava estar apoiada em um processo endógeno e dinâmico de geração de conhecimento e inovação, associado à expansão das universidades públicas e institutos federais...”

Caso essa postura equivocada sem perspectivas de futuro não seja modificada, corremos o risco real de assistirmos um processo de extermínio de todas as conquistas conseguidas no campo científico em nosso país nas últimas décadas. E de presenciar a asfixia de toda uma geração de jovens cientistas, desmotivados com a inexistência de concursos e com o processo de desmonte das nossas instituições. O que poderá

promover uma grande diáspora para nações do primeiro mundo, ávidas por cérebros talentosos e produtivos.

Visando evitar esse massacre científico, é fundamental que os dirigentes das universidades e institutos de pesquisa, sociedades científicas, pesquisadores e sindicatos continuem pressionando e denunciando em todos os fóruns essa tentativa de aniquilamento da ciência brasileira.

É importante ressaltar que a SBPC realizará sua 71ª Reunião Anual, no período de 21 a 27 de julho de 2019, na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), em Campo Grande, MS. O tema central será “Ciência e Inovação nas Fronteiras da Bioeconomia, da Diversidade e do Desenvolvimento Social”. É imprescindível que a comunidade participe desse evento histórico.

Nossa querida SBPC sempre teve um papel de destaque na defesa da comunidade científica e da ciência brasileira e deverá mais uma vez se tornar um dos grandes palcos da resistência cívica em nosso país.

Participe você também desse belo movimento em defesa da Ciência brasileira.

topo ↕

O VERÍDICO - TEMPO REAL

Professores contam experiência vivida no Canadá

Após um período de imersão no sistema educacional canadense, professores da educação básica brasileira falam sobre as surpresas, experiências e aprendizados construídos durante os dias que estiveram no país.

A viagem, concedida pela **CAPES**, é parte do reconhecimento a projetos de todo o país, selecionados no 11º Prêmio Professores do Brasil, em 2018.

Durante a visita àquela que é considerada uma das melhores redes educacionais do mundo, o grupo brasileiro conheceu escolas técnicas e de ensino fundamental, além do Parlamento, museus e pontos históricos no Canadá.

topo ↕

TRIBUNA-PR - TEMPO REAL

Tese de doutorado e dissertação de mestrado são vendidas na internet por até R\$ 8 mil

A execução de uma pesquisa de mestrado ou doutorado que varia de dois a quatro anos, respectivamente, pode ser reduzida para até 60 dias se encomendada em sites que vendem dissertações e teses prontas a alunos de pós-graduação. A comercialização é explícita e os valores são tabelados em até R\$ 8 mil, conforme apurou a Gazeta do Povo.

Para confirmar a prática, a reportagem pediu orçamentos para elaborações de uma dissertação e de uma tese a cinco diferentes empresas que ofertam o serviço na internet. O valor estipulado variou entre R\$ 1,5 mil e R\$ 4,8 mil para uma pesquisa de mestrado. Na de doutorado, o menor preço ficou em R\$ 2,3 mil e o maior em R\$ 8 mil.

+ Atenção! Você está a um clique de ficar por dentro do que acontece em Curitiba e Região Metropolitana. Tudo sobre nossa região, futebol, entretenimento e horóscopo, além de blogs exclusivos e os Caçadores de Notícias, com histórias emocionantes e

grandes reportagens. Vem com a gente!

Os pedidos foram feitos por telefone pelos números disponibilizados nos sites. Pelo código de área, as empresas verificadas são de São Paulo, Distrito Federal e Paraná.

As simulações dos orçamentos solicitados foram para uma dissertação de 120 páginas sobre as correntes filosóficas do Direito e para uma tese de 200 páginas sobre as mudanças sofridas pela Lei de Licitações ao longo do tempo. Essas definições tornaram-se necessárias porque as empresas pediam o tema, a área de pesquisa e o número de páginas para calcular os valores.

A forma de pagamento foi diferente em todas as empresas, mas todas pediram adiantamento para iniciar o serviço. Também existe a possibilidade de parcelar. O máximo ofertado chega a 12 vezes em cartão de crédito para o valor de R\$ 8 mil.

Outra característica são os contratos de garantia e confidencialidade, chamados de “termo de adesão” pelas empresas. Nesse documento, a empresa se compromete a entregar o material sem plágio e no prazo determinado pelo aluno que, por sua vez, é obrigado a quitar o valor. Ambos ainda firmam o compromisso de confidencialidade sobre a transação.

Prática pode resultar em punições

O comércio de produções científicas é considerado uma “prática imoral e eticamente condenável” pela Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior (Capes). A entidade diz reconhecer o problema “que afronta o objetivo principal da pós-graduação, qual seja, a produção de conhecimento científico-tecnológico para o desenvolvimento do país”.

+ Viu essa? Apesar do frio e geada nesta segunda-feira, temperaturas sobem ao longo da semana

Administrativamente, o aluno que usar uma pesquisa encomendada para obter o grau de mestre ou doutor, caso descoberto, pode sofrer sanções por parte da instituição, como a perda do diploma e exclusão do Programa de Pós-Graduação (PPG).

“Trata-se de uma prática imoral e eticamente condenável. Nesse sentido, a compra de dissertações e teses pode constituir fraude acadêmica que, quando identificada pela Instituição de Ensino Superior, sujeita o aluno às sanções impostas pela instituição de ensino, como seu desligamento do programa”, ratificou a Capes, em nota.

Mesmo sendo considerada uma falta ética grave, a jurista especialista em propriedade intelectual, Laira Araújo, comenta que o comércio de venda e compra de pesquisas prontas entre empresas e alunos de pós-graduação ainda não pode ser enquadrada em nenhum tipo de crime previsto pela legislação brasileira. Ela ressalta que se o autor da pesquisa encomendada ceder os direitos por meio de contrato, o comprador pode usá-la.

“O ato de compra e venda não é ilegal. A cessão de direitos patrimoniais de exploração de obra é possível. Quanto à autoria, a lei de direitos autorais dispõe que o autor tem o direito de ter seu nome vinculado a sua obra e, portanto, poderia reivindicá-la a qualquer momento. Mas na medida em que é o próprio autor que cede o trabalho científico o uso

por quem compra não é ilegal”, argumentou.

A jurista destaca, porém, que o comércio é diferente do plágio. Caso a empresa se aproprie de uma obra sem a devida cessão de direitos pelo verdadeiro autor para vendê-la a terceiros, tanto o vendedor quanto o comprador podem ser enquadrados no crime de falsidade ideológica, previsto no artigo 229 do Código Penal. A pena é de um a cinco anos de reclusão pela adulteração de documentos públicos, mais o pagamento de multa.

“Existem alguns estudiosos que entendem que a conduta configuraria o crime de falsidade ideológica, já que a pessoa que apresenta o trabalho insere a declaração falsa de que o trabalho é de sua autoria enquanto na verdade não é. Nesse caso, somente a pessoa que utiliza a monografia como sua seria punida penalmente. Logo, a compra e venda não é ilegal e sim o uso pelo aluno de monografia como se fosse sua. Lembrando que há doutrinadores que entendem que não é crime”, completou Laila Araújo.

+ Leia também: Problema na Sanepar deixa bairros de Curitiba e região sem água neste início de semana

Além da falsidade ideológica, o plágio ainda pode ser tipificado como violação de propriedade intelectual, previsto no artigo 184 do Código Penal, com pena de dois a quatro anos de reclusão e multa.

Para o diretor adjunto de estudos da Associação Brasileira de Propriedade Intelectual (ABPI), José Eduardo Pieri, o tempo recorde que empresas prometem para entregar as pesquisas é um indício da existência da venda de um material com plágio.

“Se essas empresas que fazem teses e dissertações copiam outras de terceiros ou usam pesquisas sobre temas que já existem e apenas mexem um pouco – o que é mais provável porque é difícil uma empresa juntar mestres e doutores dispostos a escrever sobre o que você quiser – a pessoa que compra corre o sério risco de ser penalizada por plágio, o que é um crime de direito autoral. Não me parece viável um negócio desse sem violação de propriedade intelectual”, comentou.

As universidades estão preparadas para detectar a fraude?

Ainda que se utilizem diferentes softwares contra o plágio, a ABPI acredita que as instituições de ensino superior brasileiras ainda não estão totalmente preparadas para identificar a prática. A entidade e a **Capex** recomendam campanhas de conscientização com alunos e professores sobre o tema e suas consequências.

“É um desserviço à pesquisa. Se pensarmos que isso acontece em uma universidade pública, é pior ainda porque o aluno está utilizando dinheiro do contribuinte para burlar as regras para obter um grau de mestre ou doutor. A pessoa que faz isso comete um crime”, afirma Pieri.

Na Universidade Federal do Paraná (UFPR), a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação atua no trabalho de conscientização. Existem, inclusive, normas internas de avaliação de uma pesquisa para saber se, de fato, o aluno é o verdadeiro autor do estudo. A instituição garante que não existe investigação em curso sobre denúncias do tipo.

“Sabemos que o mercado continua, o que tem feito com que a pró-reitoria e a gestão

superior da universidade sempre atuem junto aos coordenadores dos programas stricto sensu no sentido de chamar atenção para os processos avaliativos conforme a resolução estabelece. Então, tenho visto na UFPR a fidedignidade dos trabalhos feitos pelos pesquisadores, seus orientadores, dentro dos processos de ensino e pesquisa que fazem”, garante o pró-reitor Francisco Mendonça.

Chuveiro e aquecedor podem fazer conta de luz subir no inverno; veja como economizar

Ele acrescenta que as bancas públicas de defesa das pesquisas são eficazes para saber se o aluno coletou, analisou e redigiu sobre os dados. Nesta etapa, o processo chega a durar até cinco horas, com questionamentos de membros avaliadores sobre aspectos teóricos, metodológicos e analíticos.

Para burlar a banca, duas das cinco empresas prometem orientação para o aluno se preparar e até a produção dos slides de apresentação, além da cessão da bibliografia usada na pesquisa.

A avaliação das dissertações e teses é de autonomia dos programas de pós-graduação, segundo a **Capes**, que diz não ser de sua competência interferir nem investigar infrações de propriedade intelectual. Contudo, fraudes encontradas nos programas diminuirão as notas dos cursos de mestrado e doutorado, assegura.

GAZETA DO POVO – PR - EDUCAÇÃO

Valor de tese de doutorado pode chegar a R\$ 8 mil na internet

A execução de uma pesquisa de mestrado ou doutorado que varia de dois a quatro anos, respectivamente, pode ser reduzida para até 60 dias se encomendada em sites que vendem dissertações e teses prontas a alunos de pós-graduação. A comercialização é explícita e os valores são tabelados em até R\$ 8 mil, conforme apurou a Gazeta do Povo.

Para confirmar a prática, a reportagem pediu orçamentos para elaborações de uma dissertação e de uma tese a cinco diferentes empresas que ofertam o serviço na internet. O valor estipulado variou entre R\$ 1,5 mil e R\$ 4,8 mil para uma pesquisa de mestrado. Na de doutorado, o menor preço ficou em R\$ 2,3 mil e o maior em R\$ 8 mil.

Os pedidos foram feitos por telefone pelos números disponibilizados nos sites. Pelo código de área, as empresas verificadas são de São Paulo, Distrito Federal e Paraná.

As simulações dos orçamentos solicitados foram para uma dissertação de 120 páginas sobre as correntes filosóficas do Direito e para uma tese de 200 páginas sobre as mudanças sofridas pela Lei de Licitações ao longo do tempo. Essas definições tornaram-se necessárias porque as empresas pediam o tema, a área de pesquisa e o número de páginas para calcular os valores.

A forma de pagamento foi diferente em todas as empresas, mas todas pediram adiantamento para iniciar o serviço. Também existe a possibilidade de parcelar. O máximo ofertado chega a 12 vezes em cartão de crédito para o valor de R\$ 8 mil.

Outra característica são os contratos de garantia e confidencialidade, chamados de “termo de adesão” pelas empresas. Nesse documento, a empresa se compromete a

entregar o material sem plágio e no prazo determinado pelo aluno que, por sua vez, é obrigado a quitar o valor. Ambos ainda firmam o compromisso de confidencialidade sobre a transação.

Prática pode resultar em punições

O comércio de produções científicas é considerado uma “prática imoral e eticamente condenável” pela Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior (Capes). A entidade diz reconhecer o problema “que afronta o objetivo principal da pós-graduação, qual seja, a produção de conhecimento científico-tecnológico para o desenvolvimento do país”.

Administrativamente, o aluno que usar uma pesquisa encomendada para obter o grau de mestre ou doutor, caso descoberto, pode sofrer sanções por parte da instituição, como a perda do diploma e exclusão do Programa de Pós-Graduação (PPG).

“Trata-se de uma prática imoral e eticamente condenável. Nesse sentido, a compra de dissertações e teses pode constituir fraude acadêmica que, quando identificada pela Instituição de Ensino Superior, sujeita o aluno às sanções impostas pela instituição de ensino, como seu desligamento do programa”, ratificou a Capes, em nota.

Mesmo sendo considerada uma falta ética grave, a jurista especialista em propriedade intelectual, **Laira Araújo**, comenta que o comércio de venda e compra de pesquisas prontas entre empresas e alunos de pós-graduação ainda não pode ser enquadrada em nenhum tipo de crime previsto pela legislação brasileira. Ela ressalta que se o autor da pesquisa encomendada ceder os direitos por meio de contrato, o comprador pode usá-la.

“O ato de compra e venda não é ilegal. A cessão de direitos patrimoniais de exploração de obra é possível. Quanto à autoria, a lei de direitos autorais dispõe que o autor tem o direito de ter seu nome vinculado a sua obra e, portanto, poderia reivindicá-la a qualquer momento. Mas na medida em que é o próprio autor que cede o trabalho científico o uso por quem compra não é ilegal”, argumentou.

A jurista destaca, porém, que o comércio é diferente do plágio. Caso a empresa se aproprie de uma obra sem a devida cessão de direitos pelo verdadeiro autor para vendê-la a terceiros, tanto o vendedor quanto o comprador podem ser enquadrados no crime de falsidade ideológica, previsto no artigo 229 do Código Penal. A pena é de um a cinco anos de reclusão pela adulteração de documentos públicos, mais o pagamento de multa.

“Existem alguns estudiosos que entendem que a conduta configuraria o crime de falsidade ideológica, já que a pessoa que apresenta o trabalho insere a declaração falsa de que o trabalho é de sua autoria enquanto na verdade não é. Nesse caso, somente a pessoa que utiliza a monografia como sua seria punida penalmente. Logo, a compra e venda não é ilegal e sim o uso pelo aluno de monografia como se fosse sua. Lembrando que há doutrinadores que entendem que não é crime”, completou **Laira Araújo**.

Além da falsidade ideológica, o plágio ainda pode ser tipificado como violação de propriedade intelectual, previsto no artigo 184 do Código Penal, com pena de dois a quatro anos de reclusão e multa.

Para o diretor adjunto de estudos da Associação Brasileira de Propriedade Intelectual

(ABPI), José Eduardo Pieri, o tempo recorde que empresas prometem para entregar as pesquisas é um indício da existência da venda de um material com plágio.

“Se essas empresas que fazem teses e dissertações copiam outras de terceiros ou usam pesquisas sobre temas que já existem e apenas mexem um pouco – o que é mais provável porque é difícil uma empresa juntar mestres e doutores dispostos a escrever sobre o que você quiser – a pessoa que compra corre o sério risco de ser penalizada por plágio, o que é um crime de direito autoral. Não me parece viável um negócio desse sem violação de propriedade intelectual”, comentou.

As universidades estão preparadas para detectar a fraude?

Ainda que se utilizem diferentes softwares contra o plágio, a ABPI acredita que as instituições de ensino superior brasileiras ainda não estão totalmente preparadas para identificar a prática. A entidade e a **Capes** recomendam campanhas de conscientização com alunos e professores sobre o tema e suas consequências.

“É um desserviço à pesquisa. Se pensarmos que isso acontece em uma universidade pública, é pior ainda porque o aluno está utilizando dinheiro do contribuinte para burlar as regras para obter um grau de mestre ou doutor. A pessoa que faz isso comete um crime”, afirma Pieri.

Na Universidade Federal do Paraná (UFPR), a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação atua no trabalho de conscientização. Existem, inclusive, normas internas de avaliação de uma pesquisa para saber se, de fato, o aluno é o verdadeiro autor do estudo. A instituição garante que não existe investigação em curso sobre denúncias do tipo.

“Sabemos que o mercado continua, o que tem feito com que a pró-reitoria e a gestão superior da universidade sempre atuem junto aos coordenadores dos programas stricto sensu no sentido de chamar atenção para os processos avaliativos conforme a resolução estabelece. Então, tenho visto na UFPR a fidedignidade dos trabalhos feitos pelos pesquisadores, seus orientadores, dentro dos processos de ensino e pesquisa que fazem”, garante o pró-reitor Francisco Mendonça.

Ele acrescenta que as bancas públicas de defesa das pesquisas são eficazes para saber se o aluno coletou, analisou e redigiu sobre os dados. Nesta etapa, o processo chega a durar até cinco horas, com questionamentos de membros avaliadores sobre aspectos teóricos, metodológicos e analíticos.

Para burlar a banca, duas das cinco empresas prometem orientação para o aluno se preparar e até a produção dos slides de apresentação, além da cessão da bibliografia usada na pesquisa.

A avaliação das dissertações e teses é de autonomia dos programas de pós-graduação, segundo a **Capes**, que diz não ser de sua competência interferir nem investigar infrações de propriedade intelectual. Contudo, fraudes encontradas nos programas diminuirão as notas dos cursos de mestrado e doutorado, assegura.

topo ↕

A TARDE - BA - CIÊNCIA E VIDA

Universidade desenvolve medicamento que reverte ‘overdose’ de cocaína

A Universidade Federal de Goiás (UFG) anunciou o desenvolvimento de uma nanopartícula capaz de capturar a cocaína em circulação na corrente sanguínea e, assim, evitar os efeitos da droga, até mesmo quando consumida em quantidades que causam overdose e podem levar à morte. A nanopartícula é administrada por meio de medicamento intravenoso. Testes em ratos nos laboratórios do Centro de Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação em Fármacos, Medicamentos e Cosméticos da instituição (FarmaTec/UFG) indicam a capacidade de captura de até 70% da cocaína no organismo e o retorno quase imediato da pressão arterial e dos batimentos cardíacos ao estado normal.

“A pressão arterial e os batimentos cardíacos começam a voltar ao normal cerca de dois minutos após a administração da nanopartícula que desenvolvemos”, diz a farmacêutica Sarah Rodrigues Fernandes. Ela é autora da pesquisa, que resultou na dissertação de mestrado defendida no programa de pós-graduação em ciências farmacêuticas da universidade. “Ao capturar a cocaína, a nanopartícula a mantém aprisionada e não permite que a droga se difunda pelo cérebro ou outras regiões do organismo. Possibilita, então, que haja tempo para uma terapia de resgate”, explica a Agência Brasil a farmacêutica Eliana Martins Lima, orientadora do trabalho e professora de nanotecnologia aplicada à área farmacêutica. A cocaína aprisionada na partícula é retida pelo fígado na passagem do sangue e é destruída no metabolismo feito pelo órgão. “O que nós buscamos com isso é viabilizar uma forma de que, no momento em que o paciente começa a perder sinais vitais, seja possível ao médico ou ao Samu salvá-lo, reduzindo aquela dose tóxica que está na corrente sanguínea”, acrescenta a orientadora, que trabalhou como professora visitante no Massachusetts Institute of Technology (MIT), nos Estados Unidos.

A eventual disponibilização do medicamento para uso no socorro de pessoas em processo de overdose depende de parceria entre a universidade e laboratórios farmacêuticos. Até poder ser utilizado em seres humanos, o medicamento deve ser submetido a testes clínicos exigidos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). A produção de medicamento é investimento de médio a longo prazo. Além dos testes, a indústria farmacêutica precisa custear os laboratórios para fabricação em massa e comercialização. O laboratório que venha a se associar para a produção deverá fazer o registro para a venda. “É muito importante agora que as indústrias farmacêuticas, percebam a capacidade de contribuir com este processo de inovação”, diz Eliana.

topo ↕

DESTAK - BRASIL

Educação de SP vai dar certificação por disciplina na EJA

Medida foi proposta pelo Conselho Estadual, mas ainda não tem data para entrar em vigor na rede paulista de ensino

A Secretaria Estadual de Educação de São Paulo vai conceder certificação por disciplina aos alunos que frequentam a EJA (Educação de Jovens e Adultos) na rede pública.

A medida, proposta pelo Conselho Estadual de Educação, prevê na prática que os estudantes que não concluíram o ensino no sistema regular possam escolher fazer os cursos por matéria, por exemplo, primeiro português ou matemática, e depois fazer as demais disciplinas.

Para cada curso concluído será emitida um certificado. Os cursos são divididos por

ciclos de ensino, por exemplo, fundamental e médio. Entretanto o diploma só será disponibilizado quando o aluno completar a carga horária e for aprovado em todas as matérias.

"É uma maneira de reconhecer o conhecimento obtido pela pessoa e permitir que ela possa receber uma promoção no trabalho ou uma remuneração progressiva a partir deste tipo de certificação", explicou ao Destak o coordenador da Gestão da Educação Básica da Secretaria da Educação, Caetano Siqueira.

Segundo o Governo de São Paulo, a rede estadual de ensino para jovens e adultos conta hoje com mais de 190,4 mil alunos matriculados. Entretanto, a última Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) - referente a 2017 - e divulgada neste ano pelo IBGE, mostra que 2,6% dos moradores de São Paulo com mais de 15 anos ainda são considerados como analfabetos.

A proposta prevê que a aplicação do curso poderá ser feita de forma semi-presencial e a avaliação dos alunos para receber a certificação será aplicada em computadores instalados nas escolas estaduais. Para atender a demanda, o Estado disse que investirá R\$ 129 milhões em infraestrutura tecnológica, ou seja, atualização da rede de internet e compra de equipamentos.

Para o professor de políticas educacionais da UFABC (Universidade Federal do ABC), Fernando Cássio, é uma iniciativa importante, entretanto, não leva em consideração a realidade de quem cursa o EJA atualmente.

"A ideia é complicar o processo de educação e dar falsas esperanças, porque a flexibilização gera o descomprometimento da pessoa. Além disso, trata as disciplinas como se não estivessem interligadas", avaliou o professor.

Cássio ainda critica que a medida pode dificultar o acesso por conta da educação à distância e que as escolas não oferecem infraestrutura para atender os estudantes.

De acordo com Caetano Siqueira, a proposta ainda será desdobrada em ações e detalhes a partir do Planejamento Estratégico que está em fase de elaboração pela Secretaria de Educação.

Dependências

O conselho de educação ainda indicou a possibilidade de que o Estado autorize o aluno a ser aprovado, mesmo tendo dependências em até três disciplinas. Além da rede pública, a possibilidade poderá ser adotada por instituições privadas de ensino.

"Estamos construindo caminhos para que isso seja possível. Não faz sentido que um aluno precise refazer todo um ano letivo por conta de uma dependência", afirmou o coordenador da Gestão da Educação Básica da Secretaria da Educação.

A proposta é vista com bons olhos por Anderson Oliveira, coordenador geral do Colégio Mater Amabilis, localizado em Guarulhos, na Grande São Paulo. Mas ele alerta que pode aumentar a evasão escolar na rede pública.

"No geral, melhora para a gestão e para os alunos. Na rede pública um grande problema

é a evasão escolar, que é praticamente inexistente na rede privada. Um dos motivos desta evasão, é o aluno reprovar por várias vezes seguidas e estudar numa turma com idade média bem diferente da sua", opinou Oliveira.

As medidas ainda precisam ser homologadas pelo governador João Doria (PSDB), antes de entrar em vigor.

topo ↕

J. DO COMMERCIO - PE - CIDADES

Pesquisa na praça celebra as ciências

Em Olinda, Espaço Ciência hoje tem programação para marcar também os 71 anos da SBPC

Em comemoração ao Dia Nacional da Ciência e ao Dia Nacional do Pesquisador, que são celebrados hoje, um grupo de alunos e pesquisadores da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) Pernambuco reuniu-se, ontem, na Praça Pinto Damásio, ao lado da Praça da Várzea, Zona Oeste do Recife, para comemorar a data e tentar aproximar o público leigo do conhecimento científico.

Um café da manhã foi oferecido à população. Hoje, para marcar a data o Espaço Ciência, no Complexo de Salgadinho, em Olinda, oferece programação especial. De acordo com o pesquisador Gabriel Wallau, mais que informação, ações como a de ontem servem como prestação de contas do que é produzido em instituições públicas de pesquisa. "O que queremos é chegar mais perto da população, apontar problemas que afetam as pessoas e o que a gente está tentando desenvolver para solucioná-los. A Fiocruz é direcionada à área de saúde.

A gente trabalha com zika e filariose, e trouxe aqui algumas das pesquisas", disse Wallau. O pesquisador ressaltou, ainda, a preocupação em alertar para notícias científicas falsas. "É muito fácil espalhar mentiras sobre questões de saúde. Recentemente, muito se falou sobre o zika ser causado por determinadas vacinas para mulheres grávidas. Aqui mostramos esses casos e provamos, com dados, que isso não é verdade e por que não é verdade." A mobilização foi aprovada pelo porteiro Gilmar Alves, 40 anos.

Morador da Várzea, ele afirmou que várias vezes recebeu notícias de procedência duvidosa e disse acreditar que esse tipo de viral só pode ser combatido com informação. "Foi muito boa a ideia de trazer esse tema para uma praça. Se tivermos acesso à informação, ficará mais difícil cairmos em fake news", afirmou. "É muito importante esse trabalho de conscientização. Não gosto de passar muito tempo no celular, mas em qualquer lugar que se vá, é possível escutar notícia falsa", argumentou o mecânico de automóveis Gustavo Altino, 45 anos.

No dia 21, os pesquisadores estarão no Jardim Botânico do Recife, no Curado. Com materiais lúdicos, participarão de uma colônia de férias. Hoje à tarde, professores e pesquisadores são convidados especiais do Espaço Ciência. Eles estarão nas várias áreas do museu para conversar com os visitantes sobre o que produzem. A data marca o 71º aniversário de fundação da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e contará com atividades em várias partes do País.

Para Antonio Carlos Pavão, diretor do Espaço Ciência, a data tem ainda mais importância diante de um cenário de sucateamento da produção científica do País. "O

cortes no orçamento para a ciência e para a educação são drásticos e podem significar um retrocesso sem paralelo na história da Ciência brasileira”, denuncia Antônio Carlos Pavão. Em abril, o governo cortou 42% da verba do Ministério da Ciência e Tecnologia, o que gira em torno de R\$ 2 bilhões.

topo ↕

O POPULAR - GO - BRASIL

Implantação de prova digital é desafio

ENEM Entre as adversidades a serem enfrentadas estão infraestrutura, tecnologia e segurança da informação. MEC anunciou conclusão de mudança até 2026

Vinte computadores defasados e com pouco acesso à inter-net. É assim que o diretor do Centro de Ensino Médio 404, Felipe de Lemos Cabral, descreve a estrutura de informática à disposição dos alunos da escola, localizada em Santa Maria, no Distrito Federal (DF).

Quando perguntado se os estudantes estariam preparados para fazer o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) digital, Cabral diz que nem todos têm sequer familiaridade com os computadores. "Hoje o aluno está muito mais inserido via celular. Usam muito a rede social e sabem pouco lidar com o resto da informação que a internet disponibiliza. Têm pouco acesso técnico, têm pouca formação do trato com o computador, com coisas simples como formatar um texto, por exemplo."

De acordo com o Censo Escolar 2018, 82% das escolas públicas de ensino médio regular têm laboratório de informática e 94%, acesso à internet. Cabral ressalta, no entanto, que, como ocorre na escola que dirige, nem sempre o equipamento é suficiente para a demanda. Além disso, ele destaca que os professores deveriam ser formados para inserir a tecnologia nas aulas.

Na semana passada, o Ministério da Educação (MEC) anunciou que o Enem passará a ser feito por computador. Isso ocorrerá gradativamente, começando no ano que vem com um grupo de 50 mil estudantes. A mudança deve ser concluída em 2026.

A ideia, que não é nova e busca seguir uma tendência mundial de modernização, gerou uma série de questionamentos. Segundo especialistas entrevistados pela reportagem, o MEC terá de enfrentar certos desafios para implementar a digitalização do Enem. Um dos desafios é a escassa disponibilidade de infraestrutura das escolas.

Outra questão apontada por especialistas é a segurança do exame. "Tem de ter certeza de que todos os sistemas, de ponta a ponta, do momento em que se liga o computador, em que é feita a prova, ao momento em que as provas são armazenadas e processadas, essas informações sejam criptografadas", alerta o professor Renato Leite, do Data Privacy Brasil.

Além disso, é preciso usar programas confiáveis. Uma opção é o uso de softwares livres, cujos códigos são abertos e podem ser acessados.

De acordo com fundador e também professor do Data Privacy Brasil, Bruno Bioni, é preciso ainda garantir a proteção dos dados dos estudantes. "Toda vez que o governo se propõe a se informatizar, a ser um governo mais eletrônico, e isso envolve quantidade significativa de processamento de dados, isso deve ser acompanhado com cuidado. Tão importante quanto avançar nessas pautas de digitalização é mostrar preocupação com os

dados dos cidadãos", ressalta.

DEBATE

Para o professor Francisco Soares, membro do Conselho Nacional de Educação (CNE), a proposta do MEC precisa ainda ser detalhada e colocada em discussão. Soares era presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), quando, em 2015, o MEC quis começar a testar o Enem digital.

"O Enem precisa de mudanças. Uma delas é trazer mais tecnologia. Eu acho que a iniciativa está em uma direção correta, era desejada, e tomara que agora seja implementada", diz Soares. O professor considera necessárias audiências públicas para que interessados e especialistas possam contribuir a mudança.

Em entrevista coletiva sobre a infraestrutura das escolas, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, disse acreditar que, até 2026, a realidade terá mudado e o acesso a computadores será mais amplo.

O presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), Alexandre Lopes, informou que para a aplicação da prova poderão ser usadas estruturas de escolas e universidades, como já é feito hoje para o Enem em papel. (Agência Brasil)

topo ↕

REVISTA GESTÃO UNIVERSITÁRIA - TEMPO REAL

Com bolsas da Capes, com professores participam de imersão no Canadá

A oportunidade de ampliar conhecimentos e repassá-los para outras pessoas é o objetivo de cem professores brasileiros da rede pública de ensino que embarcaram para Ontário, no Canadá, nesta semana. Os docentes vão passar oito semanas no país, o que foi possível graças a bolsas de estudo da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, autarquia vinculada ao Ministério da Educação (MEC).

A capacitação dos professores de 18 estados e do Distrito Federal é parte da cooperação entre a **Capes** e o Colleges and Institutes Canada (CICan). A proposta é oferecer aos professores brasileiros aperfeiçoamento em inglês, além do desenvolvimento de habilidades relacionadas à liderança, gestão pedagógica, entre outros.

Uma das inscritas no programa, Daiane Arend Flores de Oliveira, professora de educação infantil e anos iniciais em Taquara (RS), destaca que a experiência vai ajudar a reformular a proposta curricular e o sistema de avaliação do seu município. "A proposta da **Capes** surgiu no momento em que estávamos iniciando o processo. Literalmente, vamos unir o útil ao agradável", conta.

A **Capes** oferece as bolsas por meio do Programa de Desenvolvimento Profissional de Professores da Educação Básica, que é dividido em duas partes. A primeira é composta por um curso básico de inglês. A segunda é destinada à formação dos professores com atividades voltadas à gestão de sala de aula e à aprendizagem centrada no aluno.

Os benefícios garantidos aos participantes incluem passagens aéreas nacionais e internacionais de ida e volta, ajuda de custo, seguro-saúde, deslocamento no Canadá (aeroporto/universidade/aeroporto), alojamento em casa de família canadense (homestay), incluindo três refeições, curso de formação e material didático.

Para Danielle do Vale, professora de ensino médio de Marabá (PA), a capacitação será uma oportunidade de acompanhar de perto como um país desenvolvido consegue inserir com qualidade a educação física no dia a dia dos estudantes. “Sinto falta de trazer o aluno para mais perto da aula de educação física”, afirma.

Segundo a **Capes**, há previsão de três novos editais, ainda neste semestre, para capacitações de novas turmas de docentes no Canadá, na Irlanda e nos Estados Unidos em 2020.

Assessoria de comunicação social, com informações da **Capes** - 05.07.2019

topo ↕

CORREIO WEB - TEMPO REAL

ProUni : Último dia para comprovar informações da 2ª chamada Selecionados devem apresentar os documentos na instituição para qual se inscreveram

Aprovados na segunda chamada do Programa Universidades Para Todos (ProUni) tem até esta segunda-feira (8) para apresentar documentos comprobatórios. O selecionado deve confirmar os dados fornecidos no momento da inscrição na instituição de ensino superior para qual se candidatou no horário e local indicados por ela. A seleção é para vagas do segundo semestre de 2019.

Além de documentos básicos de identificação do candidato e dos membros do grupo familiar, confira os comprovantes que podem ser requisitados pela instituição:

- de residência;
- de rendimentos;
- de separação, divórcio ou óbito dos pais;
- de pagamento de pensão alimentícia;
- de ensino médio;
- de professor da educação básica;
- de portador de deficiência.

Continua depois da publicidade

Aqueles que não foram aprovados na segunda chamada ainda podem disputar uma bolsa pela lista de espera do programa. Interessados devem acessar o site entre 15 e 16 de julho e o resultado será divulgado em 18 de julho. Os selecionados nessa etapa devem comprovar os documentos de 19 a 22 de julho.

ProUni

Pertencente ao Ministério da Educação (MEC), o ProUni oferece bolsas de estudos integrais (100%) e parciais (50%) para estudantes brasileiros sem diploma de graduação em instituições particulares de educação superior. Em 2019, a seleção oferece 169.226 bolsas, das quais 68.087 são integrais e 101.139 parciais.

Cronograma

Comprovação de informações da segunda chamada: de 2 a 8 de julho

Prazo para participar da lista de espera: de 15 a 16 de julho

Divulgação da lista de espera: 18 de julho

Comprovação de informações da lista de espera: de 19 a 22 de julho

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

UERR abre 30 vagas para especialização em ensino de línguas
Ao todo são ofertadas 30 vagas. Inscrições seguem até o dia 19 no site da instituição.

Estão abertas as inscrições para especialização em ensino de línguas em contexto de diversidade linguística, da Universidade Estadual de Roraima (Uerr). A capacitação é gratuita.

Para concorrer a uma das 30 vagas ofertadas no processo seletivo, o candidato deve fazer o cadastro no site da instituição até o dia 19 de julho. A taxa custa R\$ 90.

CONFIRA O EDITAL.

O curso de pós-graduação tem o objetivo de promover a formação profissional especializada, para professores com graduação em letras, história, pedagogia e licenciatura intercultural, para que os profissionais possam atuar na área de linguagens da educação básica.

O processo seletivo será realizado em duas etapas, sendo a primeira composta por uma prova, prevista para ocorrer no dia 3 de agosto na sede da própria universidade, e a segunda por análise curricular. O resultado final deve ser divulgado no dia 23 do mês.

O curso tem duração de 12 meses, com previsão de início no dia 31 de agosto de 2019 e término previsto para setembro de 2020.

topo ↕

O DOCUMENTO - MT - TEMPO REAL

Candidatos têm até hoje para comprovar informações do ProUni

Os estudantes selecionados na segunda chamada do Programa Universidade para Todos (ProUni) têm até hoje (8) para comprovar as informações fornecidas na hora da inscrição. No site do ProUni está disponível a lista da documentação necessária.

Cabe aos estudantes verificar, nas instituições de ensino para as quais foram selecionados, os horários e o local de comparecimento para a confirmação das informações. O resultado da segunda chamada foi divulgado no último dia 2 e está disponível na página do programa.

Aqueles que não foram selecionados podem ainda participar da lista de espera nos dias 15 e 16 de julho.

ProUni

Ao todo, serão ofertadas para o segundo semestre deste ano 169.226 bolsas de estudo em instituições particulares de ensino superior, sendo 68.087 bolsas integrais, de 100% do valor da mensalidade, e 101.139 parciais, que cobrem 50% do valor.

As bolsas integrais são destinadas a estudantes com renda familiar bruta per capita de até 1,5 salário mínimo. As bolsas parciais contemplam os candidatos que têm renda familiar bruta per capita de até 3 salários mínimos.

O ProUni é voltado a candidatos que não tenham diploma de curso superior e que tenham participado do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) 2018. Além disso, os

estudantes precisam ter cursado o ensino médio completo em escola pública ou em instituição privada como bolsista integral.

É preciso ainda ter obtido no mínimo 450 pontos na média aritmética das notas obtidas nas provas do Enem. O cálculo é feito a partir da soma das notas das cinco provas, dividida por cinco. Outra exigência é de que o aluno não tenha tirado zero na redação.

Também podem se inscrever no programa estudantes com deficiência e professores da rede pública.

Edição: Graça Adjuto

topo ↕

R7 - TEMPO REAL

MEC amplia acompanhamento da frequência de estudantes do Bolsa Família

Estudantes beneficiados pelo Bolsa Família tiveram o maior registro de frequência desde 2007 para o período de abril e maio, de acordo com o Ministério da Educação (MEC). Nesses meses, o governo conseguiu acompanhar 89,81% dos alunos beneficiados. Em 2007, só 68,95% dos estudantes foram registrados.

O MEC monitora a frequência escolar dos alunos com idade entre 6 e 17 anos cujas famílias recebem o benefício do Bolsa Família do governo federal. Ao todo, 14.044.578 estudantes são contemplados pelo programa.

Para receber o pagamento, os estudantes de 6 a 15 anos devem comparecer a 85% das aulas no mês e os alunos de 16 e 17 anos, a pelo menos 75%. De acordo com a pasta, aproximadamente 84,7% do total ou 11,89 milhões de estudantes cumpriram esses critérios até o momento. Esses estudantes correspondem a 94,30% daqueles que estão sendo acompanhados.

"Mas isso, até agora, não atrapalha a família a receber o benefício, vai valer o cálculo anual", explica o secretário de Modalidades Especiais de Educação do MEC, Bernardo Goytacazes. O estudante que faltou a mais aulas que poderia neste segundo bimestre ainda pode compensar nos próximos bimestres. A falta também pode ser justificada com atestado médico, por exemplo.

Além da frequência escolar, para assegurar a participação no programa os pais e responsáveis precisam, entre outras exigências, garantir que crianças e adolescentes recebam cuidados básicos de saúde, como a aplicação de vacinas.

O cálculo de frequência é feito por aproximação com as secretarias estaduais e municipais de Educação. O resultado do acompanhamento da frequência escolar é registrado no Sistema Presença, do MEC. Os dados são repassados ao Ministério da Cidadania, responsável pelo programa.

Os dados, segundo o MEC, funcionam como um raio-x da educação e auxiliam no trabalho de combate ao abandono e à evasão escolar. Eles também são essenciais para o direcionamento de diversas políticas públicas.